



# Cadeia Industrial da Carne

Compartilhando ideias e estratégias sobre o enfrentamento do complexo industrial global de alimentos

organizadoras da publicação: Diana Aguiar e Letícia Tura

Adhemar Mineiro • Aloísio Lopes • André Campos • Celso Ludwig • Claudia Job Schmidt • Elias D'Angelo Borges • Elías Días Peña • Elizabeth MacGregor • Leonel Wohlfahrt • Maria Elena Rodriguez • Maria Emília Lisboa Pacheco • Nilfo Wandscheer • Paulo Polese • Sergio Schlesinger • Shefali Sharma • Tobias Reichertr

1ª EDIÇÃO Rio de Janeiro, 2016









# Cadeia Industrial da Carne

Compartilhando ideias e estratégias sobre o enfrentamento do complexo industrial global de alimentos

## **REALIZAÇÃO**

FASE REBRIP Fundação Heinrich Böll Brasil IATP

### **APOIO**

Heinrich Böll Stiftung Pão para o Mundo

## ORGANIZAÇÃO DA PUBLICAÇÃO

Diana Aguiar Letícia Tura

### RELATORIA DA OFICINA – PARTE I

Fabrina Furtado

### ARTIGO - PARTE II

Sérgio Schlesinger

### REVISÃO DE CONTEÚDOS

Diana Aguiar Jorge Eduardo Durão Letícia Tura Maureen Santos Sérgio Schlesinger

### **REVISÃO FINAL**

Patrícia Bonilha

### PROJETO GRÁFICO

Mais Programação Visual www.maisprogramacao.com.br

## CAPA E DIVISÓRIAS

Arte sobre foto (a) Raysonho

### **IMPRESSÃO**

WalPrint Gráfica e Editora

# TIRAGEM

1.000 exemplares

CADEIA INDUSTRIAL DA CARNE: Compartilhando ideias e estratégias sobre o enfrentamento do complexo industrial global de alimentos. / Diana Aguiar, Letícia Tura (organizadoras); Sérgio Schlesinger (colaborador). Rio de Janeiro: FASE — Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 2016. 88 p.

ISBN 978-85-86471-86-5

- Agronegócio 2. Agropecuária 3. Indústria da carne 4. FASE Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
- Ocopyleft: é permitida a reprodução total ou parcial dos textos aqui reunidos, desde que seja citado o autor e se inclua a referência ao artigo original.

# Agradecimentos

Agradecemos as informações compartilhadas pelos participantes da oficina Cadeia Industrial da Carne: Compartilhando ideias e estratégias sobre o enfrentamento do complexo industrial global de alimentos

Adhemar Mineiro - Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP)

André de Campos - Repórter Brasil

Aloisio Lopes Morais - Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)

Celso Ludwig - Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF)

Claudia Schmitt - CPDA/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Elias Diaz Peña - Sobrevivencia Paraguai

Elizabeth Mcgregor - Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal (FNPDA)

Gerardo Iglesias - União Internacional dos Trabalhadores em Alimentação - Américas (UITA)

Gustavo Ferroni - Oxfam Brasil

Jorge Eduardo Durão - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)

**Junior C. Dias** — Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) / Setor Rural & Alimentação

Leandro Noronha de Freitas - Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)

Leonel Wohlfahrt - FASE Mato Grosso

Letícia Tura - FASE

Maíra Martins - Action Aid Brasil

Marcela Vecchione - Grupo Carta de Belém

Maria Elena Rodriguez - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE)

Maria Emília Pacheco - FASE / Associação Nacional de Agroecologia (ANA)

Maureen Santos - Fundação Heinrich Boll Brasil

Nilfo Wandscheer - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Lucas do Rio Verde

Paulo Poleze - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)

Renato Maluf - Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar (FBSSAN)

Sergio Schlesinger - Consultor FASE

Shefali Sharma - Institute for Agriculture and Trade Policy (IATP), Europa

Tobias Reichert - Germanwatch, Alemanha

# Sumário

Lista	de Siglas	7
Apre	sentação1	1
	TE I na Cadeia Industrial da Carne1 ntrodução1	
0	gar do Brasil na cadeia transnacional	
A Se	cadeia produtiva de carnes no Brasil ergio Schlesinger — Consultor Fase	18
0	Brasil e a cadeia transnacional do processamento da carne dhemar Mineiro — Dieese e Rebrip	
C	onexão Brasil — União Europeia bias Reichertr — German Watch	
	mplexo da carne no Brasil e seus impactos territoriais,	-0
socia A	nis e ambientais2 cadeia industrial da carne: segurança e soberania limentar e agroecologia	9
CI	laudia Job Schmidt – CPDA	29
R Ai	elações de trabalho e a saúde do trabalhador ndré Campos — Repórter Brasil	32
Ir da	npactos socioambientais da cadeia industrial a carne no Mato Grosso3 A situação do estado	
	Leonel Wohlfahrt – Fase MT	35
	Nilfo Wandscheer – STTR de Lucas do Rio Verde	36
	Maria Elena Rodriguez - Ibase	37
dos r	deia industrial da carne nas pautas de luta novimentos sociais4	1
	situação dos pequenos agricultores loísio Lopes — MPA	41
<b>A</b> Ce	gricultura familiar e a produção de proteínas animais elso Ludwig — Fetraf	42
<b>0</b> El	trabalho no campo lias D'Angelo Borges — Contag4	45
Р	olíticas públicas aulo Polese – Contag4	
_	bem-estar animal	48

	O Atlas da Carne no Paraguai: impactos e participação cidadã Elías Días Peña — Sobrevivencia, Amigos da Terra Paraguai	. 52
	Agroecologia Maria Emília Lisboa Pacheco – Fase, ANA e Consea	. 54
	Situação no Oeste do Paraná Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (Capa)	. 56
Re	flexões finais e expectativas para o futuro	57
Α	RTE II cadeia produtiva de carnes no Brasil gio Schlesinger - Consultor Fase	61
Pro	odução de grãos e carnes	64
Pro	pjeções	80
Со	nclusões	85
Re	ferências	87

# Lista de siglas

Abiec - Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne

Abiove - Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais

ABPA - Associação Brasileira de Proteína Animal

Abrafrigo - Associação Brasileira de Frigoríficos

Abrasco - Associação Brasileira de Saúde Coletiva

AGE - Assessoria de Gestão Estratégica

ANA - Articulação Nacional de Agroecologia

Ater – Assistência Técnica e Extensão Rural

Anvisa - Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Avi Site - Portal de Avicultura na Internet

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BNDESPar - BNDES Participações S.A.

Brics – bloco de países formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

Capa — Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor

CAR - Cadastro Ambiental Rural

Cepea - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada

**CFS** — Comitê de Segurança Alimentar, da ONU (da sigla em inglês de Comittee on Food Security)

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

Conab - Companhia Nacional de Abastecimento

Consea - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Contag - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

**CO**<sub>2</sub> — Gás carbônico ou Dióxido de Carbono

**CPDA** — Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

CQNUMC - Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

Dieese - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

Embraer - Empresa Brasileira de Aeronáutica

Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Esalq - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz

EUA - Estados Unidos da América

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

Fase - Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional

**FAT** - Fundo de Amparo ao Trabalhador

**Fetraf** — Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar

Fiesp - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FNPDA - Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal

GEE - Gases do Efeito Estufa

GT - Grupo de Trabalho

GTA - Guia de Trânsito Animal

IATP — Instituto para a Agricultura e Políticas Comerciais (da sigla em inglês de Institute For Agriculture and Trade Policy)

Ibama — Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Imaflora - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola

INSS - Instituto Nacional de Seguro Social

LER - Lesões provocadas por Esforço Repetitivo

LI — Licença de Instalação

**LO** - Licença de Operação

Mapa - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MP - Ministério Público

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores

MPT - Ministério Público do Trabalho

**OECD** - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMC - Organização Mundial do Comércio

ONG - Organização Não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PADRSS - Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

**PPA** – Programa de Aquisição de Alimentos

PIL - Programa de Investimentos em Logística

Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil

ProAgro - Programa de Garantia da Atividade Agropecuária

**Pronaf** - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

**Rebrip** — Rede Brasileira pela Integração dos Povos

Seaf — Seguro da Agricultura Familiar

Secex - Secretaria de Comércio Exterior

**SIF** – Sistema de Inspeção Federal

Sindiveg - Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal

**STF** – Supremo Tribunal Federal

**STTR** — Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais de Lucas do Rio Verde

Suasa - Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta

**TIRFAA** — Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura

**UE** - União Europeia

Unasul - União de Nações Sul-Americanas

Unep-FI-Sigla em inglês para Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

Unicopas — União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias

USDA - Departamento de Agricultura dos Estados Unidos

USP - Universidade de São Paulo

# Apresentação

Durante os dias 10 e 11 de setembro de 2015, movimentos do campo, organizações sociais e sindicais e representantes de universidades do Brasil, dos Estados Unidos (EUA), da Alemanha e do Paraguai participaram da Oficina "Cadeia Industrial da Carne", realizada na cidade do Rio de Janeiro. Este evento teve como objetivo principal compartilhar ideias e estratégias de enfrentamento do complexo industrial global da carne e de alimentos. A proposta foi construída, inicialmente, pelo Instituto para Agricultura e Políticas Comerciais (*Institute For Agriculture and Trade Policy* — IATP), pelas organizações *Bread for the World, Germanwatch* e pela Fundação Böll, a partir da percepção de que a indústria da carne intensifica o poder corporativo, impacta a vida dos pequenos produtores e passa por um período de mudanças estruturais com implicações ainda não compreendidas.

Os EUA, a Europa, a China e o Brasil têm um papel central em relação à concentração das empresas da carne e dos seus impactos. Considerando, portanto, a relevância do Brasil nessa cadeia, essas instituições fizeram um convite à FASE (Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional) para assumir a articulação de um debate sobre a indústria da carne no Brasil. O convite foi aceito pela Fase, que inseriu o tema da indústria global da carne e de alimentos no contexto do ciclo de debates que a organização promoveu em 2015 sobre o desenvolvimento, as resistências e alternativas para os movimentos sociais no país. A Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip) juntou-se a esse processo devido à sua experiência na articulação e no trabalho de incidência sobre a agricultura e sua relação com a política comercial, através, em especial, do seu Grupo de Trabalho (GT) Agricultura.

Assim sendo, esta publicação tem como referência o conteúdo dos debates realizados durante esses dois dias de trabalho. Esperamos que ela sirva como subsídio para potencializar as ações discutidas durante a Oficina, em especial o fortalecimento das ações de comunicação e articulação entre as organizações participantes, e também para estimular o aprofundamento das discussões sobre o agronegócio no Brasil e suas implicações para os movimentos sociais e seus processos de resistência.



# Oficina Cadeia Industrial da Carne

# Introdução

A indústria da carne é um setor que a partir de poucos, mas importantes, conglomerados intensifica o poder corporativo, causando impactos negativos e, em alguns casos, irreversíveis sobre o modo de vida de pequenos agricultores e dos trabalhadores e sobre o meio ambiente. Trata-se de uma indústria cuja atuação é mascarada, especialmente devido à sua relação com outros setores, como o da soja, o que dificulta que parte das organizações e dos movimentos sociais determinem, nas suas estratégias de enfrentamento, aquilo que a impulsiona.

A concentração corporativa do setor aumenta continuamente. Nos Estados Unidos, mais de 80% do setor da carne é controlado por quatro empresas, e três das maiores empresas de carne do mundo são do Brasil. A empresa brasileira JBS S.A. está constantemente comprando empresas de carne mundo afora. Grande parte da cadeia da carne de porco, por exemplo, é controlada pelos EUA e pela União Europeia (UE), onde não é mais possível perceber a atuação de pequenos produtores. O mesmo processo ocorre na China.

Considerando esse contexto, instituições da sociedade civil internacional decidiram iniciar um processo de pesquisa e articulação envolvendo organizações dos EUA, da China, do Brasil e da União Europeia para analisar o que está ocorrendo na indústria da carne, identificar semelhanças e identificar as preocupações de pequenos produtores e produtoras, relacionando a problemática com outros temas atuais, como a questão climática e a mudança no uso do solo, na defesa dos modos de vida de agricultores familiares e povos tradicionais. Na UE, por exemplo, surgiu uma coalizão de grupos sociais para desafiar essa indústria.

Nesse sentido, a Oficina buscou atingir os seguintes objetivos:

- Identificar as preocupações mais urgentes relacionadas à produção industrial
  pecuária e alimentícia, destacando questões provocadas ou agravadas por
  fatores internacionais, como comércio, investimentos e estratégias das grandes
  corporações globais, bem como o impacto da cadeia produtiva da carne sobre
  a biodiversidade, o clima, a saúde do trabalhador, a concentração de terras e a
  soberania e segurança alimentar e nutricional das populações envolvidas;
- Compartilhar com as organizações participantes brasileiras os antecedentes do processo em curso e os objetivos que as organizações parceiras da Alemanha e o Instituto para Agricultura e Políticas Comerciais (IATP) pretendem alcançar através dessa iniciativa;
- Interagir com grupos locais para avaliar conjuntamente o estado de engajamento em nível nacional (pelo sim e pelo não), além dos desafios relacionados à indústria do gado e da ração para animais, as estratégias para politizar essas questões, os próximos passos críticos, etc;

- Compartilhar o contexto global e compreender conjuntamente os pontos de interseção entre o nacional e o global; descobrir de que maneira a coordenação de estratégias globais pode contribuir nos esforços de resistência em ambos os níveis, ou seja, quais as lições aprendidas e o que deu ou não certo, considerando a atuação política em nível regional e global;
- Estabelecer articulações para melhorar a coordenação entre os atores que trabalham esse tema; analisar a possibilidade de criar uma coalizão global sobre a indústria da carne e de alimentos e avaliar se há interesse dos parceiros brasileiros na constituição dessa coalizão.

Esses objetivos foram abordados considerando as seguintes questões:

- O que a indústria da carne e as mudanças atuais na sua dinâmica significam em relação à terra, à água e à justiça social e ambiental?
- Até que ponto desafiar a indústria da carne é relevante para as lutas das organizações e dos movimentos sociais?
- Como seria uma campanha nacional em torno dessa problemática?
- Como conectar uma campanha nacional aos processos globais e construir uma campanha global? Existem campanhas relacionadas à indústria extrativa e, normalmente, a indústria da carne não é considerada extrativa. As reflexões apresentadas nesta publicação demonstram que ela é.

Para tratar desses objetivos e dessas questões, esta publicação está dividida em duas partes. Após esta breve introdução, a Parte I traz a sistematização dos debates coletivos nos dois dias de Oficina.

Essa sistematização se divide em quatro seções. A primeira trata do lugar do Brasil na cadeia global da carne, apresentando dados sobre a concentração do setor da pecuária, as relações comerciais e os investimentos, além de outras características, rede de relações e alguns impactos. A segunda seção da Parte I analisa, em mais detalhes, os impactos territoriais, sociais e ambientais do complexo da carne no Brasil. Na sequência, aborda-se a cadeia industrial da carne nas pautas de luta dos movimentos sociais. Por fim, são apresentadas algumas reflexões finais e propostas para a construção de alternativas e do enfrentamento à cadeia industrial da carne.

A Parte II desta publicação apresenta o artigo "A cadeia produtiva de carnes no Brasil", resultado de uma pesquisa de Sérgio Schlesinger com base em questões levantadas nos dois dias de Oficina. O artigo apresenta dados sobre as cadeias produtivas de carne bovina, suína e de frangos no Brasil e seus impactos socioambientais e nos direitos de trabalhadores. Além disso, apresenta as projeções para o setor, as contradições da política dos "campeões nacionais" e aponta as necessidades de mobilização internacionalmente articulada.

# O lugar do Brasil na cadeia transnacional

O complexo industrial global da carne: tempo de agir

Shefali Sharma

É bastante comum pensarmos na soja ou no milho quando se fala no agronegócio. No entanto, por trás destes produtos existe outra cadeia, com extremo poder corporativo, em rápida consolidação, especialmente nos últimos dez anos, que controla toda uma cadeia de valor e gera diversos usos e impactos insustentáveis. É esta cadeia, a da carne, que analisaremos a seguir.

Do mesmo modo, quando se fala em corporações, pensamos em exemplos como a Nestlé e a Coca-Cola, e não em empresas como a *Cargill* e a JBS. No entanto, nos Estados Unidos (EUA), apenas quatro corporações — *Tyson, Cargill*, JBS e *National Beef* — controlam a produção de carne. Em trinta anos, estas empresas aumentaram o controle da produção de gado de 36% para 85%, e de porco de 34% para 65%. No caso das aves, o processo é similar. Na Europa, a indústria é menos concentrada, mas os quinze maiores países em termos de produção têm poucas empresas controlando grande parte da cadeia. Essa estrutura está mudando, no sentido de tornar-se mais concentrada, em decorrência da competição global.

Globalmente, nos anos 2011, 2012 e 2013, a JBS liderou o mercado de processamento de carne, seguida da *Tyson Foods* e da *Cargill*. De 2011 a 2012, a *Brazil Foods* (BRF) pulou do 9º para o 4º lugar, mantendo essa posição em 2013. Ou seja, pulou cinco posições no ranking mundial em apenas um ano. Campeã do setor em todo o planeta, a JBS sozinha produz globalmente mais carne do que as dez empresas posicionadas do 11º ao 20º lugar juntas. As dez maiores empresas têm o controle quase total do mercado; depois delas a porcentagem de controle passa para 4%. Ou seja, é uma indústria altamente concentrada.

Outros segmentos da cadeia de valor, como o de sementes e biotecnologia, produtos químicos, maquinaria, genética e o da saúde dos animais, também são concentrados. Em 2009, metade de todos os medicamentos era controlada por quatro empresas. Esta concentração é ainda mais alta hoje estando em torno de 60%. Em relação ao melhoramento genético de animais, os EUA e a União Europeia (EU) controlam o mercado. As quatro maiores empresas controlam mais da metade desse mercado.

O mapa da produção mundial mostra onde grande parte da carne está sendo produzida: EUA, Brasil, UE e China. No caso das rações e dos grãos, a América do Norte e a do Sul lideram o mercado. Em relação aos cereais, 1/3 de toda a

sua produção é voltada para a alimentação dos animais. E esse índice continua crescendo. A China é um grande fator nesse setor, mas os EUA e o Brasil são fortes competidores. Em 2010 e 2011, 35% da soja importada pela China eram do Brasil; em 2011 e 2012 este valor passou para 45%. Esses países controlam também o processamento e o comércio das rações.

Considerando esse cenário, quais são as perspectivas para esse mercado mundial? Embora o consumo de carne seja maior nos países industrializados, tem ocorrido um expressivo aumento do consumo nos países que formam o bloco Brics. O segmento em maior crescimento é a avicultura.

Essa ampliação é preocupante, já que trata-se de uma indústria insustentável e destruidora dos recursos relacionados à terra e à água, que são finitos e estão diminuindo. Altos níveis de poluição da terra, da água e do ar ocorrem onde o estrume é produzido e os fertilizantes são utilizados. Para produzir cada kilo de carne são necessários 15 mil litros de água. O maior consumidor mundial de água são os EUA, embora no Brasil esse consumo também seja alto. Além disso, a indústria da carne ameaça a segurança alimentar, pois coloca em oposição comida e ração, aumenta a grilagem de terras e viola direitos humanos. As pastagens florestas e os cerrados, onde grande parte da expansão da indústria ocorre, são transformados em terras de cultivo e pastos. E quem vive nessas terras? Geralmente, são povos marginalizados. Esses impactos estão aumentando em decorrência do aumento do consumo, das exportações e da porcentagem de terra sendo desmatada para o pasto.

A China vem modificando sua política de importação. A partir dos anos 1990, passou a importar soja para focar na produção de animais. No entanto, essa medida não tem sido suficiente e o país importa outros grãos para serem utilizados como ração, além de investir na compra de terras. Trata-se de uma questão de segurança nacional para o país. A China precisa de terra e de ração para produzir carne e, para isso, está aumentando seus investimentos externos. Um exemplo de onde a China direciona esses investimentos é a Ucrânia, além de investimentos em milho na Ásia, Europa Oriental e no Brasil.

Em termos de injustiças sociais, no início dos anos 2000, grande parte dos produtores da suinocultura na China eram pequenos agricultores. Em 2015, esse índice diminuiu para 27%. O setor está mais industrializado e perdendo a participação dos pequenos produtores, que estão migrando para as cidades.

O que ocorre nesse processo? Nos EUA existe um sistema contratual que coloca um pequeno produtor contra o outro. Os agricultores deixam de ser agricultores. Na Índia, ocorre uma crescente integração na produção de aves. O trabalho depende do tipo de galinha que os produtores recebem e se têm recursos suficientes para investir. Esse setor era dominado pelas mulheres, que hoje estão altamente endividadas. Na China, o negócio do abate está concentrado, composto por cada vez menos empresas, o que significa menos trabalho e mais pressão. Além disso, as atividades relacionadas aos frigoríficos estão entre as mais perigosas em termos de acidentes e de doenças nos EUA. E é justamente nelas que os mais pobres, em especial os hispânicos, afrodescendentes e asiáticos, trabalham.

Outro impacto que não é muito discutido é o nível crescente de resistência aos antibióticos, que, como consequência, criam as superbactérias. Mais de 80% dos animais recebem antibióticos e quanto mais são usados, mais contaminam a terra e a água. O agravante é que não há tratamento para as pessoas contaminadas com a superbactéria, já que elas são resistentes aos antibióticos.

Em relação às condições de vida dos animais, eles são cada vez mais confinados, para garantir a maior engorda no menor tempo possível. As galinhas perdem as suas pernas, os porcos seus rabos. Os animais são tratados como *commodities*, que depois consumimos, cheios de antibióticos e hormônios.

Nos EUA, quando o presidente Obama assumiu o poder, ele adotou uma postura muito séria em relação à quebra do monopólio das empresas. Por alguns anos ocorreram audiências públicas, com diversos depoimentos dos produtores, que apontaram na direção de que o atual sistema não funciona e que é preciso quebrar o monopólio. Muitas recomendações resultaram desse processo. No entanto, o agronegócio revidou e muitos dos políticos eleitos estão nas mãos das empresas desse setor. Todos os procedimentos estão *online*, mas não aconteceu nada. O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos não agiu, de fato.

Outros processos estão ocorrendo nos EUA. Existe um movimento que demanda aumento do salário mínimo, o que já foi conquistado no setor de varejo. Ao mesmo tempo, há uma mobilização por melhores condições de trabalho, em especial no processamento de carne. A questão é que um lado culpa o outro, deixando os trabalhadores prejudicados, no meio. Os sindicatos estadunidenses não são tão poderosos. Eles podem até conseguir influenciar, mas vêm se enfraquecendo.

Existe também o movimento *slow food* (em contraposição ao *fast food*), relacionado à agroecologia e que começa a se contrapor à cultura da alimentação corporativa, dominante. No entanto, ele representa apenas uma pequena fatia do mercado.

As pessoas continuam se alimentando de uma comida horrível, que é mais barata, mas estão mais conscientes. Preocupadas com uma possível perda da lucratividade, empresas como *McDonalds* e *Tyson Foods* falam agora sobre a possibilidade de retirarem os antibióticos das suas produções. Há uma visível mudança acontecendo e este é, portanto, o momento certo para refletir e atuar em relação às oportunidades políticas.

# A cadeia produtiva de carnes no Brasil

Sergio Schlesinger

Consultor FASE

Antes de iniciar a reflexão sobre a cadeia produtiva de carnes no Brasil, é necessário ressaltar que ela inclui desde a produção de rações, como soja e milho, até a carne processada, embalada e vendida no supermercado. Abaixo seguem dados que refletem a posição do Brasil na produção e na exportação mundiais.

# A posição do Brasil na produção e na exportação mundiais

Produto	Produção	Exportação
Bovino	1º lugar	2º lugar
Soja	2º lugar	1º lugar
Frango	3° lugar	1º lugar
Milho	3º lugar	2º lugar
Suíno	4º lugar	4º lugar

Pode-se constatar, de acordo com os dados da tabela, que o Brasil é o maior produtor de bovino e o maior exportador de frango e de soja. Somente a soja e o setor de carnes responderam, em 2014, por metade das exportações agropecuárias brasileiras. Em relação ao total das exportações feitas pelo país no mesmo ano, considerando todos os setores, este valor foi de 14% no caso da soja e de 8% no caso das carnes.

Outra questão importante é que, embora o consumo de carne esteja historicamente ligado ao nível de renda, os dados sobre o consumo mundial por habitante indicam a existência de questões culturais e de localização da produção de carne. A Europa e os Estados Unidos (EUA) têm um nível alto de consumo de carne por habitante, mas o continente sul-americano, de países não desenvolvidos, tem um consumo desproporcionalmente maior.

O governo atribui a condição de grande produtor e exportador de carne do Brasil à sua vocação para o agronegócio. No entanto, que vocação é essa que precisa ser continuamente estimulada? Os incentivos se dão através de mudanças na legislação que, em 1980, promoveram uma histórica redução dos impostos de importação, incluindo desde agrotóxicos até sementes; em relação à exportação, foram reduzidos os impostos de *commodities* não processadas, como a soja. Além disso, liberalizaram os *royalties* e permitiram remessas de lucros. A Lei de Biossegurança liberou os transgênicos e, mais recentemente o novo Código Florestal permitiu a expansão da sua produção.

Existem incentivos oficiais ao setor agroexportador, como juros subsidiados, para o plantio, a criação animal e a compra de máquinas e equipamentos, e outros subsídios, tais como o perdão de dívidas, a redução de juros devidos, a criação de multinacionais brasileiras, como a JBS e a BRF, o apoio a fusões e aquisições e a isenção ou redução de outros impostos. Além disso, o incentivo ocorre também pela realização de pesquisas, através da Empresa Brasileira de

Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em torno de produtos do agronegócio, e não do feijão e arroz, que só são pesquisados quando o objetivo é o desenvolvimento de transgênicos.

Outro instrumento importante de incentivo ao agronegócio é o apoio à infraestrutura. O Programa de Investimentos em Logística (PIL) de 2015, por exemplo, prevê quase R\$ 200 bilhões em investimentos, em muitos casos, vinculados à exportação de *commodities*. Os projetos incluem, dentre outros, portos e ferrovias para transportar os grãos.

Como parte importante desse pacote de estímulos para o agronegócio corporativo está a criação de multinacionais, com recursos públicos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Este banco não só fornece empréstimos como também é dono de ações através do BNDES Participações S.A. (BNDESPar), sociedade gestora criada para administrar as participações do banco nas diversas empresas. No caso da JBS, o BNDES detém 24,58% das ações e a Caixa Econômica, que pertence ao governo federal, detém 10,8% da ações. A *Brasil Foods* não tem capital do BNDES, mas conta com a participação de grandes fundos de pensão.

Em termos da extensão territorial que essa cadeia produtiva ocupa no território brasileiro, 200 milhões de hectares estão ocupados pela criação de gado, ou seja, há um boi por hectare, e nesta safra, 32 milhões de hectares foram destinados à soja, 15,7 milhões ao milho e 8,4 à cana. Feijão, arroz e trigo, que compõem a base da alimentação no país, ocupam menos de 8 milhões de hectares.

O Mapa da Soja demonstra uma alta concentração dessa cultura na região Centro-Oeste. Ao mesmo tempo, ela cresce no Maranhão, Piauí, Tocantins e na Bahia. Está estagnada na região Sul, onde a soja foi tradicionalmente produzida pela agricultura familiar, mas vem sendo dominada pelas grandes propriedades.

Trata-se de um produto com alto nível de concentração em termos de empresas, e de produção. Os EUA são o maior produtor mundial de soja e o Brasil ocupa a segunda posição. Na América do Sul, além do Brasil, a soja é extensamente produzida também na Argentina, na Bolívia, no Paraguai e no Uruguai. Apesar deste modelo ser apresentado como o modelo brasileiro de sucesso, não é tão brasileiro. Não existem fronteiras. A maior área de expansão da produção de soja é a América do Sul.

Já a produção de frango é voltada, principalmente, para o mercado interno, representando 68,4% da produção, enquanto 31% é exportado. Nesse setor também existe uma grande concentração. O Brasil é o maior exportador e os EUA ocupam a segunda posição, enquanto os índices de exportação de outros países são bem menores.

A produção global de aves está concentrada nos EUA (19%), China (16%), Brasil (12%), União Europeia (12%), Rússia (4%) e México (3%). A internacionalização da JBS ocorre nos EUA e no México, primeiro e sexto produtores mundiais de aves, respectivamente. Esta empresa ainda encontra dificuldades para entrar na UE e na China. Em relação ao consumo, os EUA dominam, com 15%, seguido do Brasil, com 9%, e do México, com 3%. O comércio global de aves é liderado pelo Brasil, com 34%, seguido dos EUA, com 32%.

Em relação à carne suína, a JBS, que antes só se dedicava à produção de carne bovina, hoje em dia está também neste setor, principalmente nos EUA.

O maior rebanho mundial de gado bovino é o da Índia, com 30%, e era considerado não comercial por questões religiosas. Por esse motivo, há uma forte concentração espacial. O Brasil possui o segundo maior rebanho do mundo, com 20,9% do total de bovinos. O censo agropecuário de 2005-2006 — o último publicado — demonstra que o Mato Grosso possui o maior rebanho bovino do Brasil, além de ser um dos maiores produtores de soja e milho do país.

Em termos de produção, o Brasil produz 14% da carne do mercado global, atrás dos EUA, com 16%, e à frente da UE, com 11%. Em relação aos diferentes tipos de carnes, o Brasil tem grande produção e consumo. O consumo de carne bovina no Brasil representa 11% do total, atrás novamente dos EUA, que consome 16%. Em termos *per capita*, os maiores consumidores são a Argentina e o Uruguai, apesar de não serem países ricos, seguidos do Brasil e dos EUA.

No que diz respeito às exportações, a Índia lidera com 21%, seguido pelo Brasil e pela Austrália, com 19%, cada, e pelos EUA, com 12%. A JBS está presente em alguns dos países que estão entre os maiores exportadores, como a Austrália e os EUA.

As principais empresas da cadeia produtiva no Brasil são as seguintes:

- · Agrotóxicos: Bayer, Basf e Bunge;
- Sementes: Monsanto, DuPont e Syngenta;
- · Maquinário: John Deere, Case New-Holland e AGCO;
- Produção agrícola: Tejar, SLC, Bom Futuro e Vanguarda;
- Comércio de grãos: Bunge, Cargill, Dreyfus e ADM;
- Processamento: JBS, BRF, Marfrig, Bunge, ADM, Cargill e Dreyfus;
- Industrializados: Nestlé e BRF.

Verifica-se também a importância destas empresas na exportação brasileira. Entre as dez maiores empresas exportadoras, em 2014, estão as da indústria da carne, da soja e do milho: *Bunge*, JBS, BRF, *Cargill*, *Dreyfus* e ADM. A maioria delas é multinacional.

Em termos de impactos, um dos principais é a concentração da propriedade da terra. No Brasil, essa concentração é maior no Mato Grosso. No município de Diamantino, por exemplo, existem grandes propriedades, entre 1.000 e 2.000 hectares e até de mais de 2.500 hectares. Outro severo impacto bastante vinculado à cadeia produtiva da carne é o consumo de agrotóxicos. Infelizmente, o Brasil é o maior consumidor mundial de agrotóxicos desde 2008. A soja, as pastagens e o milho respondem por 2/3 desse consumo.

Os empregos também são impactados pois, crescentemente, ocorre uma migração da produção de soja para as grandes propriedades. A produção é multiplicada por quatro e o emprego é reduzido a 1/5 do anterior. Paradoxalmente, os empregos diminuem drasticamente com o aumento da produção.

A produção integrada, principalmente de aves e suínos, piora as condições de trabalho, pois os agricultores passam a trabalhar como se fossem funcionários das empresas, mas sem contrato de trabalho. As jornadas são exaustivas, sem repouso semanal remunerado, sem cumprimento das normas de saúde e segurança, com imposição de contratos de adesão com cláusulas abusivas, omissão no pagamento integral dos custos de produção, estabelecimento unilateral dos preços e exigências permanentes de investimentos sem que os agricultores tenham os devidos recursos, resultando em altos níveis de endividamento.

Um outro tema que exige um maior aprofundamento em termos do impacto na saúde humana no Brasil é a contaminação da água por antibióticos utilizados na produção das carnes. O processo gera a criação de superbactérias e processos alérgicos, além de uma série de outros problemas.

A adoção de modelos de criação de gado que priorizam o confinamento ao invés da criação extensiva, predominante no Brasil, é uma das características da atual transformação desse setor que é bastante preocupante. Inspirada em modelos implementados nos EUA e na UE, a JBS está iniciando experiências de confinamento no Brasil. Apesar de diminuir o desmatamento, este modelo causa outros problemas ambientais, como a produção maior de poluentes da água e do ar, e piora a questão do bem-estar animal.

Como já mencionado, a cadeia extensiva da carne tem ocupado crescentemente as terras agrícolas, impactando a produção de alimentos básicos, como o arroz. Assim, 90% dos alimentos consumidos no Mato Grosso, o chamado "celeiro do Brasil", vêm de fora. Esse fato em grande parte explica a inflação dos preços dos alimentos. Produz-se menos, a população cresce, a demanda se eleva e os preços aumentam.

O elevado consumo de água é também um tema importante, mas há uma outra questão relacionada que é ainda mais impactante e grave. No Centro-Oeste, onde a produção de soja e milho e a criação de gado bovino estão concentradas e as taxas de desmatamento são altas, é onde estão as nascentes de sete das principais bacias hidrográficas do Brasil. O país vive uma séria crise hídrica, pela qual a falta de chuvas é responsabilizada, e não se aborda a conexão direta entre os impactos da produção da carne, o desmatamento e a destruição das nascentes.

Em relação às emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), a pecuária, principalmente a bovina, é, através da fermentação entérica (processo digestivo que ocorre no rúmen dos herbívoros ruminantes, que produz metano), a maior emissora por si mesma, além de provocar mudanças no uso da terra, o que também contribui para as emissões.

Nesse contexto, o papel da mídia e do consumidor são importantes. A sociedade, em geral, desconhece a realidade do campo e os problemas gerados pela indústria da carne. Antigamente, praticamente todo mundo tinha algum tipo de relação com os alimentos que consumia, sabia de onde vinham e como eram produzidos. Hoje, com a expulsão das pessoas do campo e o crescimento urbano, as pessoas não só não sabem mais a origem dos alimentos ou como eles são processados,

como, muitas vezes, escolhem nem saber, porque, se souberem, vão preferir parar de comer.

A sociedade brasileira não está mobilizada para tratar da produção da carne e de seus impactos. A JBS, por exemplo, produz e apresenta a comida como deseja aqui no Brasil, sem maiores preocupações; enquanto no exterior ela está sendo obrigada a tratar melhor os animais. A sociedade civil europeia e a estadunidense têm mais capacidade de mobilização em torno deste tema que temos aqui no Brasil.

Existe ainda um tema que é pouco falado, inclusive pela falta de informações, que é a produção de peixes. Muitos rios hoje não têm mais peixe, fato que também tem relação com a produção de outras carnes, como a bovina, que causa soterramentos, e com a utilização de agrotóxicos nas plantações de milho, soja e algodão, que poluem os rios. Os peixes também são afetados pela construção de usinas hidrelétricas e com o esgoto que não é tratado. Em alguns casos, inacreditavelmente, a solução apresentada é a integração dos pescadores artesanais à grande piscicultura. O pequeno pescador recebe os ovos, a ração e o antibiótico para criar os peixes, no mesmo modelo que existe para as outras carnes.

Portanto, a cadeia produtiva da carne é um sistema global de produção e consumo que tem graves problemas, é insustentável e precisa ser repensada. Produzir carne para que todos consumam no mesmo nível é impossível.

# O Brasil e a cadeia transnacional do processamento da carne

Adhemar Mineiro Rebrip

No dia 10 de setembro de 2015, duas importantes notícias saíram no jornal *O Dia*, do Rio de Janeiro. A primeira, publicada na seção econômica, afirmava que o Brasil vai exportar lacticínios para a Rússia pela primeira vez. Entre outros lácteos, está o leite em pó. Uma notícia da editoria de política noticiava que o maior grupo brasileiro da indústria da carne, a JBS, através da sua representação parlamentar, a Bancada do Boi, havia conseguido retirar a convocação de um dos seus executivos para depor na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do BNDES. Vários representantes de empresas foram convocados, mas o grupo JBS, um importante ator nesse processo de concentração das corporações da cadeia da carne, conseguiu ficar fora da CPI.

Essas notícias evidenciam que as corporações que integram a cadeia produtiva da carne formam uma articulação bastante influente e que o agronegócio no Brasil, além de ser bastante poderoso — tanto econômica e financeiramente — é um dos setores com maior poder político no país. Esta condição não é uma decorrência apenas da influência que tem no Congresso Nacional, através das bancadas parlamentares mas ocorre também no Executivo. Aqui cabe lembrar que as empresas desse setor estão entre as maiores financiadoras das eleições tanto de deputados e senadores como de candidatos a cargos no Executivo.

A atual ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Kátia Abreu, por exemplo, é presidente licenciada da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), principal entidade do agronegócio brasileiro. Desse modo, fica evidente que as empresas conseguem ampla inserção no governo para terem garantido respaldo financeiro.

A alavancagem financeira se dá não apenas através de créditos do sistema bancário, especialmente público, como do Banco do Brasil e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e de participações acionárias do próprio BNDES Participações S.A. (BNDESPar), como também, de forma mais geral, através de recursos orçamentários que permitem a renegociação de dívidas. O perdão da dívida acaba sendo, desse modo, um subsídio e revela o poder dessas empresas. Existem ainda outros braços menos explícitos do Estado que favorecem financeiramente o setor privado das carnes, como os fundos de pensão das empresas.

Nesse sentido, as três maiores empresas do agronegócio consolidadas no Brasil — JBS, BRF e Marfrig — talvez sejam as que melhor responderam às duas demandas do então presidente Luís Inácio Lula da Silva. Em 2004, em um importante discurso, Lula afirmou que o Brasil não deveria ser só um exportador de commodities agrícolas ou minerais, e que deveria avançar na cadeia de valor. Ou seja, não só produzir minério, mas ter a siderúrgica para o tratamento do minério; não só produzir a carne, mas processar e agregar valor a ela. Essas três empresas não só aderiram a esse discurso oficial, como foram ajudadas pelo Estado com pesado financiamento. A outra demanda apresentada por Lula foi a de que as empresas brasileiras deveriam se internacionalizar; e foi isso que elas fizeram.

Os dados sobre o mercado de frango demonstram que os três maiores abatedores respondem por mais de 2/3 do mercado nacional. Uma empresa sozinha – a BRF – domina grande parte do mercado. Este número é de 2012; ou seja, a concentração deve ser ainda maior. Em termos dos suínos, os quatro maiores abatedores, abatem 50% da produção brasileira, dado que também deve ter sido aprofundado por ser de 2007, estando provavelmente em torno de 80%. Na área da carne de boi, os 10 maiores frigoríficos, ou seja, cinco empresas, respondem por cerca de 30% do abate no Brasil, sendo este também um número antigo.

Esta concentração ocorre a partir de um período mais recente e cada grupo desses tem uma especialização no mercado internacional: a JBS e a Friboi, carne bovina; a *Brasil Foods*, frango; e a Marfrig, carnes especiais, como as de corte nobre e de novilho precoce.

É importante ressaltar que a criação da BRF, que ocorreu a partir da fusão das ações da Sadia com o capital social da Perdigão S.A, foi resultado da crise financeira internacional. O Grupo Sadia foi abatido pela crise de 2008 em decorrência das ações dos seus administradores, que buscaram ganhar dinheiro fácil com derivativos. Quando eles "quebraram", a empresa também "quebrou". Como resultado, o mercado se concentrou dramaticamente.

Existe também um processo de articulação com as cadeias de fornecedores, de insumos em geral e de máquinas. A maior parte do acesso ao crédito hoje é condicionado à mecanização, ou seja, parte do financiamento é uma demanda do setor de máquinas. Assim, o processo de financiamento também está articulado com essas transnacionais.

Além disso, a indústria gera dependência dos saldos exportadores. O Brasil é exportador de vários produtos mas, em relação ao setor industrial, é também grande importador. Assim, temos um saldo negativo do ponto de vista da balança comercial e dos produtos manufaturados. A balança comercial é dependente dos produtos básicos, como as *commodities* agrícolas, em especial as que estão vinculadas às etapas primárias de processamento.

Como mencionado anteriormente, o processo de internacionalização das empresas da indústria da carne foi alavancado pelo financiamento, em especial com recursos do BNDES, para a compra de empresas em outros países. A alavancagem se dá principalmente em termos de créditos, mas também de recursos orçamentários, através da renegociação da dívida e de obrigações legais do sistema bancário para financiar a agricultura. Os principais agentes financeiros são o Banco do Brasil e o BDNES, que além de financiarem o setor também têm participação acionária nas empresas. Assim, dívidas impagáveis são transformadas em participações. Além disso, o BNDESpar e os fundos de pensão, como a Previ (dos funcionários do Banco do Brasil), que envolvem grandes empresas, atuam e detêm o controle acionário em bloco. Esse processo ocorre na cadeia da carne, mas também em outros setores, como o da mineração, por exemplo.

Portanto, uma das estratégias para a sociedade civil organizada em relação a esta cadeia é incidir sobre a utilização dos recursos dos fundos públicos e exigir critérios de aplicação, como a obrigatoriedade de comprar produtos da agricultura familiar. É necessário promover um diálogo, inclusive teórico, sobre estes capitais formados por Fundos Públicos. Os trabalhadores têm incidência direta por terem participação nos Fundos.

Sobre as condições de trabalho, a pecuária tem os maiores registros de trabalho escravo e forçado do Brasil. A informalidade também é extremamente alta neste setor. Temos uma herança histórica, que não foi extirpada nos governos Lula e Dilma. No processamento de carne, a descrição é de um trabalho extremamente penoso<sup>1</sup>. Ao mesmo tempo, são áreas de relações sindicais muito difíceis. A negociação não acontece ou se acontece, ela ocorre de forma paternalista. A própria fiscalização pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) é difícil. Portanto, é importante abordar a questão da dificuldade de negociação e a fragilidade dos sindicatos.

Em relação às conexões produtivas, na região Sul do país existem processos de integração que acabam sendo uma forma sofisticada de subordinação. O agricultor está distante da condição de "ser agricultor", assim como está longe da cadeia que, no processo, é toda desmembrada.

<sup>1</sup> As entidades envolvidas na organização da Oficina "Cadeia Industrial da Carne" fizeram um convite aos trabalhadores desse setor que, por diferentes motivos, não puderam estar presentes.

Também observa-se que vem ocorrendo uma mudança na área da produção de leite, que precisamos compreender. Até há cerca de dez anos, a produção de leite não era valorizada. Atualmente, no entanto, ocorre uma ampliação da produção, que começa a ser vista como um elemento importante da cadeia. O Brasil começou a produzir mais leite e exportar produtos lácteos. Porém, isso acontece dentro do processo de concentração e mecanização. A produção é incentivada, mas com a exigência da mecanização e refrigeração, o que exige altos investimentos por parte do trabalhador integrado, que acaba se tornando dependente dos esquemas de distribuição, sejam supermercados ou cooperativas, que determinam o padrão e o preço. O valor da produção é rebaixado e o agricultor, não tendo para quem vender, tem que aceitar. Nesta cadeia existe também o mercado da alimentação fast food, da carne processada e das conexões internacionais, que exigem produtos especiais e detalhados que só servem para um determinado tipo de consumidor.

Entre os principais impactos ambientais estão a utilização do solo e da água e a administração de resíduos, um problema grave, quase insolúvel, principalmente em áreas próximas aos frigoríficos. São impactos que afetam diretamente a população local, mas de alcance macro.

No contexto da cadeia de produção da carne, observa-se que o agronegócio utiliza a mídia para fazer a disputa das "mentes e corações" da sociedade. Em 1988, quando a Constituição Federal estava sendo finalizada, a imagem do latifúndio era extremamente negativa. Hoje em dia o antigo latifúndio, improdutivo, virou agronegócio, símbolo de produtividade e sustentabilidade, e o setor parece estar absolvido. Para que essa mudança de imagem acontecesse, as empresas investiram pesadamente em publicidade, contando, inclusive, com a participação de artistas e esportistas famosos, como Pelé e Tony Ramos, nas suas propagandas e programas rurais.

A negativa imagem pública do latifúndio reverteu-se de tal maneira que a disputa neste campo do simbólico tem que ser feita de novo. Ou seja, o problema não é só que o setor ganhou musculatura política e econômica, mas que ao mudar a sua imagem, superando a ideia de atrasado e primitivo, transferiu esses conceitos para tudo que não integra o agronegócio.

Atualmente, primitivo é a agricultura familiar, que pode até ser mantida como algo pitoresco, já que não dá para contratar todos os agricultores, mas precisa ficar na franja do processo, no turismo rural, por exemplo. Desse modo, os produtores familiares estão sendo transformados em atração turística. Os produtos orgânicos e sem antibióticos não são vendido com a garantia de que são, de fato, orgânicos e sem antibióticos. Além disso, ainda são caríssimos para a maior parte da população.

Existem feiras orgânicas e mercados de compra direto do pequeno agricultor, mas eles não atrapalham o sistema hegemônico de produção da carne e não conseguem fazer a crítica integrada que aponta para algo novo. Aliás, existe a preocupação de que essas iniciativas possam, na verdade, reforçar esse sistema, atuando como uma franja alternativa que não altera o sistema, mas mantém uma parte dos pequenos agricultores trabalhando e deixa tranquila a consciência de alguns setores urbanos.

# Conexão Brasil - União Europeia

Tobias Reichertr German Watch

A produção de animais está entre os mais importantes motores de muitas das preocupações ambientais e sociais globais. Neste contexto, a conexão entre diferentes mercados deve ser analisada, em especial o fortalecimento da transnacionalização da produção animal — carne e lacticínios — e o vínculo com os acordos comercias. Considerando que as empresas brasileiras da indústria da carne não são muito ativas na Europa e o país não tem fortes relações comerciais com este continente, trataremos de um dos principais ingredientes e motor da cadeia, a soja.

Os últimos 40 anos têm representado uma mudança estrutural no sistema de produção de carne na Europa. Antes havia mais de 800 mil produtores na área de suinocultura, mais de 600 mil produtores de laticínios e mais de 200 mil produtores de frango na Alemanha. Estes números diminuíram substancialmente, em especial no caso dos frangos. De 200 mil produtores, hoje existem apenas 4 mil; 98% desistiram deste setor nos últimos 30 anos. Com a suinocultura, a situação é similar. Hoje existem em torno de 35 mil produtores. Paradoxalmente, houve um aumento na produção. Em relação à suinocultura, a Alemanha deixou de ser importadora líquida e passou a ser exportadora líquida. Está produzindo gado extensivo e porco barato, e exporta tanto quanto os Estados Unidos (EUA).

Mencionou-se anteriormente que o Brasil, historicamente, não exporta produtos de alto valor agregado. O mesmo pode ser dito sobre a Alemanha em relação à indústria da carne. A exportação é dominada por produtos não processados, de baixo valor agregado, como porco e leite em pó.

No caso dos laticínios, a queda no número de produtores tem sido um pouco mais lenta, principalmente porque até este ano (2015), a União Europeia (UE) como um todo, tinha uma política que limitava a quantidade de produtos lácteos, exigindo a compra de direitos para produzir. Este fato reduziu as mudanças estruturais neste setor, comparado com os outros setores que diminuíram as áreas de produção em aproximadamente 80%. No entanto, esta política foi abandonada em abril de 2015 e os preços diminuíram drasticamente, o que significará mais mudanças estruturais no futuro próximo.

A mudança estrutural significa uma transformação em termos do uso da terra também. A área permanente de prado e pastagem na Alemanha diminuiu drasticamente, de mais de 6 milhões para menos de 5 milhões de hectares, mesmo considerando que o país aumentou sua extensão territorial com a queda do muro de Berlim. A tendência é que este número continue diminuindo.

Existe também a área de pastagem onde não ocorre a criação de animais, mas a grama é cortada para os estábulos. Esta é a forma mais ambientalmente sustentável de pastagem, que foi reduzida de quase 3 milhões de hectares nos anos 1950 para menos de 1 milhão de hectares hoje. O que aumentou em relação

ao uso da terra foi a plantação de milho. Em 1950 praticamente não havia produção de milho no país, já que este não é um produto básico consumido pelos alemães. Atualmente, o milho é produzido para ração dos animais. No entanto, o milho não contém proteína. A melhor forma de suplementar a energia com proteína para os animais digerirem, e em termos do mercado, é utilizando a soja. Assim, 80% da soja é utilizada para alimentar os animais e 20% para produzir óleo. São dados da Alemanha, mas a tendência na Europa é seme-Ihante. A UE importa produtos agrícolas, não em valor, mas em quantidade; mais de 2/3 é utilizada para ração. Metade deste valor é soja, em especial para ração animal e alimentação humana, nem tanto para óleo. Grande parte da agricultura na UE é baseada na importação de soja. No início dos anos 1960, a importação de soja na UE era baixa, aumentando de forma significativa, em especial no início de 2000, em decorrência da doença da vaca louca que levou à proibição da alimentação de animais baseada em produtos animais e, portanto, à importação de soja. Desde 2008 este aumento parou, apesar da produção de porco e leite ter aumentado. Esse fato é uma decorrência da política de biodiesel que subsidia a substituição da soja pela semente de uva. O aumento da demanda por soja da China também vem aumentando a competitividade e os preços.

De onde vem a soja? A produção de soja aumentou nos EUA e teve aumento significativo no Brasil. A Argentina e o Paraguai também são produtores, sendo que este último em menor escala. A Alemanha importa mais da metade da sua soja do Brasil, 20% da Argentina, 15% dos EUA e 7% do Paraguai. O Brasil é a principal fonte de importação de soja da UE.

Este processo evidencia que a concentração de produção animal está, principalmente, no noroeste da Alemanha, passando pela Suécia, Dinamarca, Holanda, norte da França, e indo até o sul da Inglaterra. Existem diversas razões que explicam esta localização da produção, mas, em especial, a existência dos principais portos nessas regiões torna a oferta de rações mais competitiva.

No que diz respeito aos impactos ambientais, nas regiões de maior concentração da produção, existe um alto nível de nitrogênio em decorrência do uso de estrume. A quantidade de animais é tão alta que o solo não consegue processar todo o estrume despejado sobre ele. Esta concentração está aumentando em decorrência da liberalização dos limites da produção de lácteos, que está se movendo para estas regiões, onde já ocorreu a produção industrializada de frangos e porcos. A produção de lácteos depende muito da soja como fonte de proteína; 1/3 da soja é utilizada nestes produtos.

Em termos de exportações, grande parte dos produtos lácteos é destinada à China e África Subsaariana. Há atualmente uma expansão da produção deste sistema industrial que depende da soja, aumentando os problemas ambientais relacionados à poluição da água e do solo.

A relação comercial da UE com o Brasil se dá principalmente pela importação de soja. A carne não é um produto muito importado do Brasil em decorrência da febre aftosa, que diminuiu o consumo de carne de boi, substituído por frango e outros produtos. Isso afetou as exportações brasileiras. A UE é hoje o principal competidor do Brasil em termos de exportação de porcos.

A indústria da carne apresenta os piores resultados de condições de trabalho na Alemanha. Grande parte dos trabalhadores é formada por migrantes, em especial da Europa Oriental, como Polônia, Ucrânia e Bielorrússia. Os trabalhadores recebem com base na produção: quanto mais porcos matam, mais recebem. Assim, as empresas evitam pagar o salário mínimo da Alemanha.

Existem ainda graves problemas de saúde, em especial a resistência antibiótica. É muito difícil tratar os agricultores contaminados com a bactéria pois eles estão em contato direto e diário com os antibióticos, que param portanto, de funcionar nos seus organismos.

Em termos de concentração, apenas duas empresas europeias estão entre as maiores do mundo, pois o mercado de carne na UE é segmentado. No entanto, percebemos efeitos similares em relação à produção industrial de carne. Além disso, existe um padrão importante emergindo por causa da liberalização do sistema de cotas na produção de lacticínios e da importação de soja, que permite altos níveis de produção de carne e lacticínios que não seria possível sem ração.

Sobre a situação política, a Europa é diversa e esquizofrênica. Existe uma enorme preocupação com o bem-estar do animal, com o fato dos porcos terem seus rabos cortados e as galinhas seus bicos queimados, para não canibalizarem em espaços confinados, e os consumidores estão crescentemente insatisfeitos com essa situação. Mas, mesmo assim, compram carne barata. Há mais conscientização, mas não a ponto de pagar um preço mais alto para permitir uma produção diferente.

Em termos de votos, na última eleição, o partido verde teve importantes ganhos na região onde existe a maior produção de carne na Alemanha, por pessoas preocupadas com a poluição, o cheiro e a poeira resultantes desta produção. Além disso, há um Ministério de Agricultura Verde. São exemplos de algumas atitudes que estimulam algumas mudancas.

Existem outras forças que atuam no sentido de uma mudança mas, por outro lado, há um modelo de agronegócio ainda muito organizado e, assim, não há uma imagem muito clara sobre o rumo dos acontecimentos. As empresas querem melhorar a questão do bem-estar animal mas, se fizerem isso, não serão capazes de exportar tanto. Existem mais mobilizações, como por exemplo, contra as feiras agrícolas. Existe uma minoria muito mobilizada e uma grande maioria que acha que as coisas estão erradas, principalmente no que diz respeito ao bem-estar animal. Ao mesmo tempo, existe também uma maioria que quer evitar mudanças estruturais.

No entanto, o que mais preocupa em relação à agricultura na União Europeia é a composição da atual Comissão Europeia. Esta parece ser a Comissão mais favorável ao agronegócio em muito tempo. Houve, anteriormente, uma Comissão que percebia os problemas da indústria da carne e apresentava propostas para melhorar a sua cadeia de produção. Agora, no entanto, com o atual presidente da Comissão, existem riscos reais de que propostas voltadas para piorar a situação sejam aprovadas. O público quer mais direitos para os animais, mas o parlamento não dá sinais de que pode vencer a indústria.

# PARTE I . OFICINA CADEIA INDUSTRIAL DA CARNE

# O complexo da carne no Brasil e seus impactos territoriais, sociais, e ambientais

# A cadeia industrial da carne: segurança e soberania alimentar e agroecologia

Claudia Job Schmidt

O agigantamento do complexo de grãos e carne, que integra uma disfunção no sistema agroalimentar global, é um fenômeno de menos de 50-60 anos. No póscrise de 2008 começamos a encarar um processo muito acentuado de concentração empresarial, em que estes dois setores estabeleceram sinergias positivas para o seu agigantamento. Se a produção de soja fosse direcionada apenas para a alimentação humana, haveria limites. Mas como são os animais que devoram a soja produzida, existem muitos outros impactos.

Cabe ressaltar que, no sistema de agricultura familiar, a produção animal cumpre uma série de papéis que não estão relacionados à produção de uma *commodity*. Estes papéis estão relacionados com uma força de trabalho que não é vinculada aos combustíveis fósseis e uma produção que serve como estoque, além de garantir a segurança alimentar, o transporte e uma reserva de valor. Ou seja, pode se tornar dinheiro vendável no mercado quando se tem um problema de saúde na família; promover a ciclagem de nutrientes, apesar de que a sinergia do sistema vai se fragilizando; e é uma fonte de diversas matérias primas. A criação de animais cumpre um papel central na nossa cultura, com uma série de subprodutos que são utilizados.

Se pensarmos no sistema intensivo de larga escala e as dimensões que ele está alcançando globalmente, podemos reconhecer outras formas de produção que estão sofrendo não só com o agigantamento do complexo mas também com outras dinâmicas, como a dificuldade de acesso à terra, à água e à biodiversidade e a competição no meio rural.

Temos, por exemplo, os sistemas de faxinal, na região Sul, e os pastoralismos, no Nordeste, que funcionam na base do uso comunitário da terra, da água e da biodiversidade e estão cada vez mais pressionados. Muitos estão sendo obrigados a se sedentarizar, perdendo o acesso às áreas de uso comum, o que produz uma série de efeitos nos seus modos de vida. Os sistemas mistos de agricultura familiar também sofrem pressão.

Outro sistema que tentam colocar "na carona" dos pastoralistas, que é muito extensivo, utilizando-se de imensas áreas, é o sistema comercial, os rancheiros, que vivem em um processo constante de espoliação da natureza.

Para pensar nas dinâmicas de transição do atual sistema de produção da carne, é preciso considerar a pluralidade de sistemas e expressões e as possibilidades de cada um deles.

Entramos, então, na questão da grande narrativa, da relação entre oferta e demanda, tecnologia e produtividade, que se inicia na Revolução Verde e chega até os dias de hoje. Essa narrativa fundamenta-se em algumas ideias centrais: (1) temos uma demanda imensa de alimentos; (2) as pessoas que demandam alimentos estarão na cidade, o que é tratado como algo fixo, sem possibilidades para outra configuração; e, (3) as pessoas estão vivendo melhor porque hoje comem mais carne.

Trata-se de uma construção simbólica bastante nebulosa e inexorável, que dificulta as outras abordagens. Do ponto de vista da segurança alimentar, quem vai ser contra o argumento que defende que as populações pobres tenham acesso à oferta regular de proteína? Existem projeções de quanta oferta de carne é necessária para suprir esta demanda.

Nesse contexto, ficamos aprisionados para construir um discurso que dialogue com amplos setores da sociedade. Da forma como a questão é colocada parece que existe um problema de ajuste entre demanda e oferta, e que, sendo assim, precisaríamos de tecnologia para garantir a oferta. Assim, a produção animal deu um salto biológico incrível, não em termos de qualidade nem de eficiência energética, mas de volume: houve um aumento entre 30% a 60%. Temos, portanto, os elementos para entender o processo; a questão é o acesso ao alimento e não a qualidade. Essa dimensão se sobrepõe a todas as outras; não se pensa na crise energética, na estabilidade da oferta de alimentos ou em outras questões relacionadas.

Sendo assim, nos tornamos dependentes da produção em grandes superfícies terrestres. E, aí, existe uma percepção global de que as últimas fronteiras a serem incorporadas ao processo estão se esgotando. O aumento de produtividade vai ter que se dar, portanto, através de uma produção mais intensa em unidades de áreas maiores. Por causa da competição pelo uso da terra, essa mesma área vai ter que ser capaz de produzir também agrocombustível. Assim, o cerco começa a se fechar para se pensar em alternativas.

Existe ainda outra complexidade em se tratando da cadeia da carne, pois o setor vem produzindo um eficiente discurso de sustentabilidade e construindo uma agenda global de produção de carne sustentável. Para tanto, já existe uma articulação mundial que procura dar respostas às críticas apresentadas em relação aos poluentes, às emissões e ao bem-estar animal.

No entanto, podemos identificar alguns pontos vulneráveis nessa grande narrativa da transição. Em primeiro lugar, a questão dos custos ambientais da produção extensiva do agronegócio, suas emissões e o uso e a contaminação da água ainda são bastante preocupantes. São aspectos sobre os quais temos que seguir lutando. A segunda questão é a qualidade e a segurança dos alimentos, temas que perturbam e, portanto, estão em disputa. Conseguimos avançar na luta contra o agronegócio por meio do trabalho do dossiê "Um alerta sobre os

impactos dos *agrotóxicos* na saúde", elaborado pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), e relacionando os agrotóxicos com a produção animal. Falava-se em hormônios, e a indústria negava. Em relação aos antibióticos, há um vácuo. Há uma preocupação com a necessidade de se ter um *pool* genético, o que explica alguns esforços para envolver a agricultura familiar. O problema é que, em nome da agricultura familiar, muita coisa está sendo justificada. Ou seja, critica-se os questionamentos sobre a necessidade de eliminar o uso de antibióticos utilizando o argumento de que os agricultores familiares que dependem do gado precisam controlar as doenças, por exemplo. E, por último, há a questão energética e o uso do petróleo. Como se falava do *peak oil* (pico do petróleo), agora começam a falar em crise do fósforo.

É um mito considerar esta agricultura corporativa como eficiente. Existem vários elementos para demostrar que, tanto em termos energéticos como de insumos externos, ela consome mais do que gera.

Entende-se a tecnologia como uma ideia estreita, como um artefato tecnológico, e não como a capacidade de gerar processos tecnológicos com outros conceitos de produtividade, num longo prazo. Esta produtividade está sendo gerada a partir de uma fonte externa de energia. Paralelamente, estudos mostram a produtividade da agricultura orgânica e a sua capacidade de fixar nitrogênio.

A agricultura futura teria como responder em termos de produtividades, não singular; na produtividade da biomassa, por exemplo. Mas claro que uma população crescente pesa sobre o consumo da biomassa. Precisamos disseminar mais o que entendemos como tecnologia de base ecológica e trazer elementos para desmascarar essa agricultura petroleira, concentrada na produtividade focada em culturas muito específicas. Ela é cara e dependente do petróleo, cujo futuro é incerto.

Em relação à questão do consumo, existem alguns problemas. O consumo não aumentou tanto aqui no Brasil, embora tenha ocorrido aumento em relação a alguns alimentos. O aumento ocorre porque os dados são por domicílios, quando quase 30% da alimentação é fora do domicílio.

Para concluir, é importante ressaltar que estamos tratando de uma discussão técnica da transição da cadeia da carne, em que as dimensões industriais dominam, secundarizando as questões sociais, em especial os modos de vida tradicionais. Portanto, precisamos pensar em como traduzir essa discussão que vai se tecnificando como se fosse possível manipular as variáveis, quando sabemos que a regulação pública dos processos é cada vez menor e o que temos são estes grandes complexos privados. Há mudanças ocorrendo na política agrícola e na legislação em geral, como é o caso da vigilância sanitária, que nos obriga a analisar o papel do Estado no controle das transnacionais e o espaço de manobra que temos para agir.

Precisamos analisar de que modo é possível fortalecer as experiências mais alternativas, sabendo que, pelo menos no Brasil, é mais difícil encontrar uma excelente experiência agroecológica de produção animal, bem conectada com o mercado, do que é em relação à produção vegetal.

# Relações de trabalho e a saúde do trabalhador

André Campos

Repórter Brasil

Em 1995 o Brasil reconheceu a existência de formas contemporâneas de trabalho escravo no país e montou um grupo de fiscalização desta realidade. O processo cresceu bastante; atualmente 2.000 propriedades são fiscalizadas por ano. Como resultado, dados revelam que entre 2003 e 2013 o setor com mais trabalhadores libertados da situação de trabalho escravo no Brasil foi a pecuária; foram mais de 11 mil trabalhadores libertados só neste setor, representando 27%, seguido da cana-de-açúcar (25%). Outras lavouras como a soja e o milho têm relevância também neste contexto. Vale lembrar que, embora estes números sejam altos, eles não representam a realidade. A fiscalização não consegue acompanhar todas as denúncias e ainda existem as situações que não são denunciadas.

Nos dados do 1º semestre de 2014, a pecuária não aparece como líder, aparece em 3º lugar, atrás das atividades não agrícolas e de outras lavouras. No entanto, seria um erro entender que isso significa uma diminuição do problema. A questão tem mais a ver com a dinâmica de fiscalização, que se expandiu para a área urbana. Não existe nenhuma sinalização de que o problema esteja diminuindo.

Tendo em vista esta realidade, em 2003 surgiu a demanda para a Repórter Brasil pesquisar o mercado comprador de carne e identificar o perfil dos fornecedores, a partir da perspectiva do trabalho escravo. A pesquisa revelou que, ao contrário do que se imaginava, não se tratavam de produtores regionais, rudimentares. O trabalho escravo contemporâneo ocorre em grandes propriedades, ligadas ao mercado internacional e às empresas transnacionais. Começamos, então, a pressionar as empresas para que assumissem compromissos em relação aos fornecedores.

Nesse contexto, surgiu o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, apresentando o compromisso das empresas de não comprarem de produtores relacionados com o trabalho escravo, a partir das informações fornecidas pelo governo através de uma lista suja do trabalho escravo. O setor de carne sempre foi muito resistente a assumir qualquer tipo de compromisso neste sentido. No entanto, isso começou a mudar em 2010 e 2011, quando algumas empresas assinaram o Pacto. Hoje chegamos ao ponto em que as maiores empresas deste setor — JBS, Marfrig, Minerva e BRF — são signatárias, formalmente assumindo que não fazem comércio com fazendeiros da lista suja.

Em 2015, o discurso destas empresas, através do Fórum de Sustentabilidade Empresarial, por exemplo, é de que resolveram o problema do trabalho escravo na cadeia produtiva e que têm políticas contra a problemática, assim como contra o desmatamento ilegal. O discurso está sendo construído como se a cadeia da carne não tivesse mais relação com o desmatamento e o trabalho escravo. No entanto, pesquisas mais recentes indicam que, se por um lado, de fato, as maiores empresas adotaram políticas que proíbem a oferta direta de produtores na lista suja do trabalho escravo, por outro, surgiram intermediações para permitir

que a carne chegue aos frigoríficos. Em alguns casos, a intermediação também acontece como uma "lavagem do boi": um produtor que está em uma destas listas sujas faz uma pretensa venda do produto para um parente que vende ao frigorífico.

A Repórter Brasil fez um estudo de caso sobre esta problemática. O produtor Ezequiel Castanha e seu pai, Onério Castanha, foram denunciados por quadrilha de grilagem de terras. Ambos foram presos e processados e estão nas listas sujas do trabalho escravo e do desmatamento ilegal. O estudo de caso, no entanto, revelou que Onério Castanha transferiu mil cabeças de gado que estavam em seu nome para Cirineide, sua esposa e mãe de Ezequiel, que, então, foram vendidas à JBS². Ou seja, o discurso de que os frigoríficos não fazem mais parte do problema é falacioso. A Repórter Brasil está tentando aprofundar esta pesquisa para mostrar que não se trata de um problema isolado, mas que, ao contrário, acontece em grande escala. A pecuária está a ponto de ganhar a opinião dos grandes mercados vendendo a imagem de que resolveram o problema. Portanto, temos que nos mobilizar para mostrar que isso não está acontecendo.

Um dos problemas que enfrentamos hoje é em torno da lista suja do governo sobre o trabalho escravo. Uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF), de dezembro de 2014, impediu a divulgação dessas informações por parte do governo, em decorrência de uma ação das empresas alegando que a lista pune sem direito de defesa. Em maio deste ano (2015) conseguimos uma "lista suja alternativa", através da Lei de Acesso à Informação, mas ela não é referência normativa para restrições de financiamento público e não há garantias formais de que as empresas privadas a estejam utilizando. Portanto, hoje temos esta lacuna de informação sobre o trabalho escravo justamente no momento em que os frigoríficos estão em expansão.

Assim, temos os seguintes desafios em torno da pecuária: garantir o acesso à informação sobre os empregadores flagrados utilizando trabalho escravo através do retorno da lista suja; viabilizar o uso da "lista suja alternativa" pelas empresas comprometidas em restringir negócios com escravagistas, enquanto o retorno da lista suja não acontece; viabilizar a rastreabilidade do gado bovino do nascimento ao abate e o acesso transparente às Guias de Trânsito Animal (GTA); e disseminar práticas de restrição de compras de pecuaristas envolvidos com trabalho escravo também entre os pequenos e médios frigoríficos.

Em relação às plantas industriais e à realidade de quem trabalha nos frigoríficos, os trabalhadores da preparação de carne enfrentam uma séria de situações prejudiciais à saúde, como a exposição constante a instrumentos cortantes, o que resulta em acidentes, como mutilações. Outro problema são as Lesões provocadas por Esforço Repetitivo (LER). Os trabalhadores também enfrentam jornadas exaustivas, muitas vezes de mais de 10 horas diárias, excedendo a jornada de 8 horas estabelecida pela *Consolidação das Leis do Trabalho* (CLT), e trabalham aos sábados. Isso tudo reduz a vida útil destes trabalhadores, que passam entre 5 a 10 anos na indústria da carne e depois ficam inválidos para outras ativida-

<sup>2</sup> Para mais informação, ver: http://da-floresta-a-mesa.webflow.io/

des de esforço manual. A pressão psicológica para dar conta do ritmo alucinado de produção é intensa. Cobra-se destes trabalhadores um alto nível de produtividade. Desse modo, eles precisam manter a linha de produção em movimento, não podem parar para ir ao banheiro, olhar para o lado ou conversar. Há listas de demissões de pessoas consideradas menos produtivas. O ambiente também é asfixiante e frio, agravando a saúde dos trabalhadores. Por ser uma produção ligada ao mercado flutuante de *commodities*, os relatos dos trabalhadores evidenciam que a velocidade da linha de produção e as exigências só aumentam.

Dados estatísticos, a partir do que é reportado ao governo, demonstram que os trabalhadores do abate de bovino têm 3 vezes mais traumatismo de abdômen, ombro e braço que outros trabalhadores e 2,5 mais problemas de colunas. No abate de aves e suínos, eles têm 4,2 mais inflamações em músculos e tendões e 7,4 mais lesões de punho. São números altos, mas subdimensionados, pois um dos problemas é a subnotificação de acidentes e doenças. Esta situação torna-se pior considerando o número de trabalhadores empregados: em 2012, 750 mil trabalhadores foram contratados nas linhas de montagem dos frigoríficos. No entanto, o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) não aceita a LER como doença, dificultando o afastamento remunerado dos trabalhadores.

Tendo em vista esta realidade, dois anos atrás foi criada uma norma reguladora (NR 36) que inclui a realização de pausas de 60 minutos ao longo da jornada; a promoção de rodízio de funções entre os trabalhadores e alteração no trabalho sentado com o em pé; e mudanças em termos de segurança e ergonomia para maquinários e o ambiente de trabalho. A fiscalização, no entanto, mostra que esta norma não está sendo respeitada, os problemas continuam e que ela não foi capaz de gerar mudanças. Em fevereiro de 2015, a JBS de Passo Fundo recebeu 32 autos de infração por desrespeito à Norma; em março de 2015, o Frigorífico Silva foi interditado por não conformidade com as normas ergonômicas; e em maio de 2015, a Marfrig, em Bagé, foi interditada por não cumprimento de medidas de segurança. Portanto, é preciso continuar investigando.

Nesse sentido, e refletindo sobre o papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a contradição de cobrar práticas de empresas que o Banco financia quando ele mesmo é possuidor de ativos, é importante ressaltar que o BNDES é um banco estatal e, portanto, tem que considerar que os impactos sociais e ambientais causam custos ao Estado. É importante refletir sobre quanto o sistema de saúde brasileiro é demandado para lidar com os custos dos trabalhadores doentes, acidentados ou aposentados por invalidez em decorrência da indústria da carne. Além disso, é preciso criar um sistema de auditoria externa e canais de informação direta para mudar a lógica da autodeclaração, inclusive de doenças, pois sempre vai haver subnotificação.

Vale ressaltar que existem ramificações mais abrangentes do que a carne. No caso da cadeia bovina, por exemplo, lembremos da frase "no boi só não se aproveita o berro": tem o mercado de couro e a energia e a produção de agrocombustíveis a partir do sebo bovino que, depois da soja, representa 20% da produção de biodiesel para o setor automotivo. Portanto, é importante refletir sobre em que medida as empresas destes subprodutos estão sendo cobradas pelos impactos socioambientais da cadeia de carne no Brasil. Assim, precisamos pensar de

forma mais abrangente, pois existe uma diversidade de empresas e setores que estão vinculadas à produção animal e também contribuem neste processo, já que trata-se de um mercado muito amplo.

# Impactos socioambientais da cadeia industrial de carne no Mato Grosso

#### A situação no estado

Leonel Wohlfahrt

Fase - MT

O Mato Grosso (MT) tem uma população estimada em 3 milhões de pessoas em 2010, com previsão de um aumento de 7,59% em 2015. As realidades das regiões do estado, no entanto, são diferentes. Na região da soja, a migração chegou a ser de 21% neste período.

O estado possui cerca de 14% do total de cabeças de gado do país; são 8,9 cabeças de gado por habitante. Em termos de suínos, são quase 2 milhões, sendo que as matrizes não chegam a 10% deste total, o que evidencia um problema em relação à continuidade da produção. Existem também 39 milhões de galináceos, sendo 10 milhões de matrizes, o que sinaliza que esta produção está preparada para avancar.

Com referência à soja, são quase 8 milhões de hectares voltados para a sua produção. Este valor não chega a 10% da área do estado, mas o MT é atravessado pelo paralelo 13. Acima dele já é a Amazônia, onde a produção de soja só pode ocupar 20% da área. Esta norma não é respeitada, e esta situação deve piorar com a legitimação do desmatamento e de privilégios aos grandes produtores promovidos por mudanças no Código Florestal. A estimativa é de um aumento de 4% na produção de soja. O milho ocupa 3,5 milhões de hectares, com uma estimativa de aumento de 6%. O algodão, que utiliza mais agrotóxicos, tem uma área pequena, mas sua estimativa de aumento é mascarada. Tem ainda a mandioca, que é a base da alimentação para galináceos, e a cana-de-açúcar.

A produção de soja, que é mais vendável dentro da cadeia produtiva de carne, gera diversos impactos, como a migração interna. A produção está migrando para as regiões mais periféricas, inclusive na planície do Pantanal, principalmente por causa do preço da terra. Onde há produção de soja, os preços são altíssimos. Onde o IDH é mais baixo, os preços também são mais baixos.

Em termos de saúde pública, a produção da soja têm graves impactos sobre a qualidade da água e dos solos em decorrência do intenso uso de agrotóxicos. No Brasil, o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, são utilizados 7,2 litros por habitante (I/hab), enquanto no MT este número salta para 40 l/hab, aumentando exponencialmente o número de casos de doenças como o câncer.

Comunidades tradicionais e povos do Pantanal e, portanto, suas culturas, estão sendo destruídos com a chegada da soja em municípios que têm a criação de gado em sistema extensivo. A implementação da hidrovia Paraguai-Paraná, que

tem forte ligação com o agronegócio, também gera severos impactos ambientais. Além disso, o Mato Grosso está em 2º lugar no uso de trabalho escravo.

No entanto, especificamente em relação ao gado, ainda existem demoras na produção e, portanto, baixa produtividade. A produção de suínos e galináceos é transportada para o Sul do país para processamento, gerando problemas no transporte e acidentes. Além disso, a JBS está comprando plantas de abate e processamento para, posteriormente, fechá-las, eliminando milhares de empregos. Na região da Grande Cárcere, que tem 20 municípios e apresentam mais baixo IDH do estado, a JBS adquiriu frigoríficos e os fechou, acabando com mais de 2.000 empregos e desestruturando dois municípios.

Existe uma estratégia do estado para fortalecer a pecuária. Há cerca de dois anos circula na mídia regional uma proposta agressiva para as pessoas perceberem o modelo de forma diferente. Na região da Grande Cáceres, por exemplo, onde vivem populações tradicionais, o poder local promove o agronegócio na mídia e faz encontros para "vender" sua boa imagem, afirmando, dentre outras inverdades, que Lucas do Rio Verde está rico porque planta soja. Além disso, os instrumentos legislativos e jurídicos têm servido para o desenvolvimento desta estratégia. O novo Código Florestal, por exemplo, criou o Cadastro Ambiental Rural (CAR) que acaba legalizando a grilagem e servindo como instrumento de análise para as empresas decidirem os caminhos que vão traçar.

Por conta do agronegócio e da anuência que tem a soja e o milho, a cadeia da carne acaba sendo mascarada. É mais complexo do que "um tema", mas não temos conseguido tratar desta complexidade e cruzar esta cadeia com as perspectivas de resistência nos territórios.

#### A situação em uma região

#### Nilfo Wandscheer

STTR de Lucas de Rio Verde

Todas as cidades do norte do Mato Grosso, como Lucas de Rio Verde e Nova Mutum, fazem parte do maior complexo de soja, milho e frigoríficos de suínos e aves da América Latina. Trata-se, portanto, de uma região de grande produção de grãos e de carne e, consequentemente, desmatamento e trabalho escravo.

Para agravar, faltam investimentos do governo na agricultura familiar. Como demandar um novo modelo de produção agropecuária em um estado que compra 90% da hortifruticultura de fora? Além do desmatamento e da poluição, tem o problema dos agrotóxicos e do confinamento de bois. Tem também o fato da maioria (90%) dos trabalhadores da suinocultura e avicultura ser oriundos do Nordeste. Foram construídas casas do Programa Minha Casa, Minha Vida para eles e toda semana chegam entre três e quatro ônibus de trabalhadores da Paraíba, Maranhão e do Pernambuco. No entanto, eles estão voltando para o Nordeste porque o salário líquido não chega a ser o valor do mínimo. Com os descontos de transporte, alimentação e habitação, não sobra R\$ 400 para a família.

Paralelamente, construímos experiências que demonstram que o consumidor está preocupado e buscando consumir uma comida mais saudável. A população começa a questionar este modelo.

Porém, há toda uma estratégia para fortalecê-lo na região. Uma emissora de rádio apresenta um programa do agronegócio, de mais de meia hora. A Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) têm espaço para falar da agricultura familiar? O pequeno agricultor, os assentados e a população, de modo geral, estão ouvindo somente as informações que defendem o agronegócio. Não escutam nada sobre a realidade da agricultura familiar.

Existe ainda um projeto desta cadeia que conecta o local e o regional com o mundo, através do qual as multinacionais estão construindo uma grande indústria para o etanol em Lucas do Rio Verde. Estudos indicam que esta região é privilegiada em termos de clima e logística (considerando a ferrovia que estão construindo), além do atraente fato de que não falta água.

Então, é preciso avaliar como, numa região como esta, conseguimos intervir e nos articular, considerando também nossas fragilidades. Como promover este debate na região para mobilizar os movimentos sociais, que estão meio parados? Não conseguimos mais construir lideranças; as cabeças das pessoas estão sendo bombardeadas com outro modelo. É preciso, portanto, construir alternativas. Se um dia não conseguirmos mais produzir, acontecerá o que aconteceu com a greve dos caminhoneiros, quando faltou comida nos supermercados. Quantos dias aguentaremos? É preciso fazer um estudo sobre a importância deste outro modelo e a inviabilidade do modelo atual. O agronegócio tem dinheiro para seus pesquisadores produzirem conhecimento sobre a viabilidade do seu modelo. E a gente?

# Salvaguardas ambientais e condicionantes do BNDFS

Maria Elena Rodriguez Ibase

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tem uma política de fomento ao setor da carne desde 1994, quando o mesmo foi considerado estratégico para a economia nacional. Desde então os investimentos do banco neste setor quadruplicaram. Até o ano passado, o BNDES tinha aportado, através do BNDESPar, R\$ 11 bilhões, e mais outros R\$ 8 bilhões pelo sistema de empréstimos normal. O BNDES é, portanto, responsável por este setor no Brasil e pelo pujante momento que ele vive na economia nacional e internacional.

O fato do BNDES desembolsar muitos recursos para o fortalecimento da indústria da carne é importante para pensarmos nas salvaguardas e condicionantes. A indústria continua acessando volumosos empréstimos, de maneira privilegiada, porque o BNDES tem participações acionárias. Os investimentos aumentaram no 1º semestre deste ano (2015) em relação ao ano passado. Assim, mesmo em

um momento de suposta crise e de retração dos empréstimos, este banco continua financiando o setor de carnes de forma privilegiada.

Em termos de compromissos ambientais, o BNDES é signatário do Protocolo Verde, formado por instituições financeiras públicas brasileiras e o Ministério do Meio Ambiente (MMA); o Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Socioambiental; e a Normativa do Banco Central de 2014, que determina que todos os bancos têm que ter uma política ambiental. Isso significa que o BNDES está em um processo de adequação da sua política ambiental.

Internacionalmente, o banco faz parte de uma parceria, que existe desde 1992, entre os setores financeiros e bancários internacionais e as Nações Unidas para a promoção de políticas sustentáveis e sociais, como parte do Programa da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Meio Ambiente (Unep FI). O BNDES não é signatário dos Princípios de Equador<sup>3</sup>.

O BNDES afirma que reconhece ser de fundamental importância o respeito aos princípios socioambientais na concessão de crédito e estabelece o compromisso de "disponibilizar recursos para a promoção de atividades sociais e ambientalmente sustentáveis".

Em termos de instrumentos, existem resoluções setoriais, como os "Critérios e Diretrizes para a Cadeia da Pecuária Bovina", políticas específicas e outras normativas. Os empreendimentos passam por uma avaliação de risco e de análise social e ambiental interna. Os Guias Socioambientais contemplam metodologias de avaliação de beneficiários, de riscos de crédito e de monitoramento e de avaliação de impactos dos empreendimentos. Supostamente, eles têm um elemento fundamental, que é indicar para os funcionários como fazer a política ambiental. Os guias socioambientais deveriam ter mecanismos com os riscos e as medidas concretas a serem tomadas, mas apenas apresentam informações gerais do setor. Pode-se avaliar que a política é indutiva e educativa para melhorar as práticas internas e externas do banco, mas não leva a sanções.

O BNDES tem diretrizes socioambientais para a pecuária bovina que devem ser cumpridas pelas empresas postulantes ao financiamento e à participação acionária. As empresas frigoríficas e de abate precisam comprovar que seus fornecedores não estão condenados por invasão de terras indígenas, discriminação ou por trabalho infantil ou escravo, nem em áreas embargadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Precisam se comprometer em manter a lista de fornecedores atualizada e verificar o cumprimento das regras, além de elaborarem um plano de implementação com metas e cronograma para a obtenção de certificados ambientais, implantação de sistemas de gestão ambiental e melhoria dos indicadores de efluentes líquidos e resíduos sólidos. Precisam aderir a um sistema de rastreabilidade da cadeia produtiva de bovinos, do nascimento ao abate, para verificação da regularidade ambiental da cadeia de fornecimento, que lhes permita, ao adquirir

<sup>3</sup> Os Princípios do Equador são um conjunto de exigências socioambientais aplicadas na concessão de financiamento aos grandes projetos.

animais incluídos no sistema de rastreabilidade, verificar a regularidade das propriedades rurais envolvidas, conforme informações dos órgãos oficiais e observar os critérios estabelecidos para os fornecedores diretos; e cumprir com a Resolução nº 1.854, de 2009, ou seja, os critérios socioambientais.

Os "Critérios e Diretrizes para a Cadeia da Pecuária Bovina" incluem a regularidade socioambiental de fornecedores diretos; planos de desenvolvimento socioambiental dos frigoríficos; implementação de sistema de rastreabilidade; apoio à regularidade socioambiental de toda a cadeia de fornecedores; e auditoria independente para comprovação de atendimento às diretrizes socioambientais.

Os Guias Socioambientais precisam ter: uma descrição dos principais aspectos técnicos; informacões necessárias para a caracterização do perfil socioambiental do projeto/ proponente e mensuração dos riscos; e a indicação da política socioambiental do BNDES para o setor, com critérios e diretrizes estabelecidos por meio de resoluções da Diretoria. No entanto, não existem medidas concretas.

Em termos de enquadramento, todo o ciclo do projeto, até o momento para liberar o empréstimo, precisa contar com um olhar sobre a questão ambiental. A primeira parte é o enquadramento a partir de um questionário autodeclaratório, incluindo: a localização do empreendimento; caracterização do empreendimento; visão e práticas ambientais da empresa; *status* do licenciamento da empresa; *status* do licenciamento do projeto; e existência de passivos ambientais.

Avalia-se o risco ambiental seguindo os níveis A, B ou C. O nível "A" representa atividades de riscos de impactos ambientais significativos, ou de alcance regional, onde o licenciamento requer estudos de impactos, medidas preventivas e ações mitigadoras; "B", atividades de impactos ambientais mais leves ou locais, que requerem avaliação e medidas específicas; e "C", atividades que não apresentam, em princípio, risco ambiental. Os projetos da cadeia de carne estão no nível de menor impacto.

Existem também recomendações mais gerais: o incentivo a projetos de eficiência energética e a adequação/certificação socioambiental de fornecedores.

No momento da aprovação é necessário considerar o atendimento à legislação (fiscal, trabalhista, social e ambiental); às oportunidades de investimento socioambiental; aos Guias Socioambientais; à regularidade ambiental do projeto (Licença de Instalação — LI, Termo de Ajustamento de Conduta — TAC); e a condicionantes adicionais.

O processo de acompanhamento envolve o monitoramento da Regularidade Socioambiental; da Licença de Operação (LO); o monitoramento do Desempenho Socioambiental; verificação do atendimento às condicionantes; e auditorias externas.

Formalmente, o único procedimento reconhecidamente significativo para ser considerado como salvaguarda no processo de análise dos projetos a serem financiados é a verificação da conformidade legal e a idoneidade dos executores (check-list de cumprimento formal da legislação ambiental e trabalhista). O banco não acompanha os impactos dos projetos e muito menos a eficácia das medidas de compensação previstas para os danos socioambientais de cada

empreendimento. Isso ocorre apesar do BNDES estar ciente das limitações dos sistemas de monitoramento, controle e fiscalização oficial dos órgãos competentes para cada caso.

Existem déficits de transparência no ciclo de projetos. O BNDES deveria mostrar a qualificação socioambiental dos projetos. A avaliação, em geral, é de que não há nenhum risco. Se essa avaliação fosse pública, teríamos mais condições de contestar. O monitoramento no pós-financiamento não existe, mesmo se houver outros financiamentos depois.

Portanto, apresentamos as seguintes recomendações ao BNDES:

- Adoção de medidas administrativas para a aplicação da Resolução nº 1.854, de 2009;
- Auditoria independente dos empréstimos concedidos a empreendedores que se omitiram às suas obrigações legais;
- Restrição do crédito aos empreendedores pecuaristas e frigoríficos que não estejam adotando medidas para o cumprimento da legislação ambiental e social;
- Adoção da lista suja do trabalho escravo como critério para a concessão de créditos; (Há um compromisso do Banco neste sentido).
- Mecanismos de avaliação dos impactos dos projetos financiados, com metodologias e critérios pré-definidos e transparência para permitir o controle social e monitoramento.

O Banco precisa considerar as questões socioambientais como ativos e não passivos, reconhecendo não somente as críticas que recebe, mas os ativos que ele poderia acionar. A questão que precisa ser colocada é: "que modelo de desenvolvimento estamos financiando com este Banco?". Trata-se de um banco público, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do tesouro nacional, e que, portanto, tem uma ampla responsabilidade sobre seus financiamentos.

# PARTE I . OFICINA CADEIA INDUSTRIAL DA CARNE

## A cadeia industrial da carne nas pautas de luta dos movimentos sociais

#### A situação dos pequenos agricultores

Aloísio Lopes

A base social do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) vem sendo alijada desde o início do processo de crescimento do agronegócio. Sempre fizemos o debate, evidenciando que quanto mais os agricultores se integravam à cadeia, mais divididos e com menos autonomia iríamos ficar.

São vários os conflitos entre o camponês e o agronegócio. Tem o conflito do leite, em decorrência, por exemplo, da Normativa 56. Conseguimos adiar algumas normativas até agora, mas já existem várias como esta 56, a 51 e outras que acabam gerando a inclusão do agricultor no processo e aumentam o seu endividamento. Como conseguimos fazer a discussão sobre a diversidade da produção, muitos não se integraram à cadeia. Houve o conflito do eucalipto, um tipo de monocultura que causa a seca, polui a água, tira o espaço do agricultor e acaba com a cultura e a paisagem. Por causa da plantação de eucalipto, a maioria dos agricultores está isolada, não enxerga o vizinho. Depois teve o conflito do fumo. Os agricultores são escravizados; tem a escravidão física, do trabalho, mas tem também a ideológica. No Nordeste há um conflito ideológico ocorrendo, pois os agricultores não querem mais migrar, querem ficar no espaço deles, conviver com a seca. E tem a discussão do milho, no Nordeste também. Então, há muitas disputas e o *link* entre estes conflitos é a carne.

As mulheres do MPA ficam com os filhos porque os pais migram. O marido, às vezes, manda dinheiro mas, outras vezes, não. Pelos dados que utilizamos, acreditamos que 20 mil pequenos agricultores vão deixar de entregar leite por diferentes situações. Assim, acabam migrando para a pecuária, pois o gado passa a ser a alternativa de renda. Se não estamos dentro da cadeia produtiva, podemos ajudar no reforço da luta, mas já fomos alijados deste processo. Os primeiros que param de comer carne são os pobres, e a carne na região Sul é cultural. É mais que a refeição e uma fonte de renda, tem um significado político e histórico. No Sul do Brasil, onde os pequenos agricultores têm pecuária, eles não têm para quem vender porque as empresas querem carne com "mais qualidade", ou seja, o boi que come soja, que é gordo. A Friboi só compra boi do "padrão da genética". Um boi desse tipo morre na primeira semana nas condições em que vivem os agricultores, porque só come soja. Através do *Programa de Aquisição de Alimentos* (PAA), que está sendo destruído, a gente pegava o boi, engordava, levava ao frigorífico, abatia e levava para o PAA.

Estamos, portanto, discutindo a nossa capacidade de resistência. Precisamos nos aliar às periferias, aos ex-agricultores excluídos da produção, que têm a mesma lógica, a de produzir a partir dos recursos naturais. O agronegócio não quer mostrar que seus exilados estão na periferia, em situação de vulnerabilidade. Além disso, precisamos nos aliar aos pequenos frigoríficos. Se não sou bom para a cadeia de carne, se não tenho qualificação, eu peço emprego aonde? Vou para a periferia e vou arranjar emprego onde der.

Como conseguimos mobilizar este povo assoberbado no trabalho? Na indústria, são flutuantes. Não há organização sindical porque a velocidade do trabalho liquida as possibilidades. Ao mesmo tempo, não podemos descuidar das possibilidades que ainda existem em termos de alternativas de produção de proteína pelos camponeses ao longo da sua vida. O mínimo que conseguimos conquistar, que é o PAA, está sendo destroçado.

Esta triste situação não aparece na mídia. O agronegócio tem diversos canais rurais, investe pesadamente em propagandas, enquanto a nossa atividade não aparece. A mídia tem que ser abordada porque induz os pequenos a adotarem um modelo que vai levá-los à falência. Temos que conseguir achar, neste caminho, uma alternativa política e melhorar a correlação de forças.

# Agricultura familiar e a produção de proteínas animais

Celso Ludwig Fetraf

Vivemos em um país que está cada vez mais urbano. Neste contexto, estamos começando a discutir um Plano Diretor do meio rural porque se não viabilizarmos uma chácara com escritura para o filho do agricultor, que é um bom médico, para que ele possa permanecer no campo, ele vai para a cidade. Este agricultor indo para a cidade, a namorada, que é vizinha, também vai e outros, que estão vendo essa mudança, também vão.

O problema básico do Brasil é que temos bastante terra e cada vez menos gente no campo. De um jeito ou de outro, a tendência é exportar comida, em grão ou processada.

O leite é um produto importante para a agricultura familiar. Recentemente, teve início no Brasil uma grande ação em torno da criação de normativas para a sua produção, assim como para a exportação. O leite é uma proteína renovável porque é retirado todo dia, enquanto a carne não é, porque para obtê-la é preciso matar o boi. No que diz respeito ao frango, a velocidade do ciclo é ligeiro. Assim, avaliamos que haverá uma expansão da produção do leite e do frango.

Em relação ao tratamento dos animais, podemos comparar como os suínos eram criados antigamente, quando tinham espaço, e como são hoje, que estão confinados. Com o frango e o boi ocorre o mesmo processo. Além disso, eles estão comendo ração.

A produção de leite também mudou. Há dez anos era tirado pelos próprios agricultores. Através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), foram investidos muitos recursos nesta produção. Saímos de 19 milhões de litros por ano para 35 milhões de litros por ano. A agricultura familiar é grande protagonista neste processo. Era uma atividade feminina, mas quando passou a dar dinheiro, passou a ser masculina também. Hoje o leite é tirado pelas máquinas.

A produção de suínos mudou muito depois da integração. Visitamos alguns agricultores que estão integrados. Um dizia que antes ele era responsável por todo o ciclo de produção: criava o leitão com o milho dele, engordava e abatia o leitão, dominava todo o processo, e ainda escolhia para quem vendia. Há dois anos isso tudo foi suspenso e ele entrou no sistema de integração. Hoje já não produz o milho para alimentar o suíno, que desce de caminhão, vai para a fábrica de ração, que é carregada em outro caminhão, chega a uma outra propriedade, onde o suíno é engordado, depois vai para o frigorífico e segue de novo, de caminhão, para a exportação. São milhares de caminhões chegando e saindo destas regiões produtoras de carne. O agricultor só faz receber o leitão com 25 quilos e entrega com 100-120 quilos em 100-110 dias. Um quilo de carne por dia por porco é o que eles têm que produzir. Historicamente, os agricultores que representávamos se criavam no meio da suinocultura e da avicultura, e trabalhavam nisso por anos. Hoje não.

Existe uma grande mecanização do meio rural, o que significa um alto padrão de investimento e profissionalização. Todas as atividades estão altamente integradas com as indústrias, a exemplo dos suínos, das aves, do leite e do fumo. Houve um aumento significativo da produção por hectare de grãos e o uso cada vez mais intensivo de sementes e insumos de alta tecnologia, e de grande impacto ambiental. Aumentou a concentração das terras, as compras e os arrendamentos, ampliando o êxodo rural, em especial dos jovens.

Na integração, os agricultores não participam de nenhuma parte do processo de controle e decisão; são exigidos altos investimentos, sem nenhuma garantia de pagamento por parte das empresas; os agricultores não sabem por que recebem o valor que recebem e não podem questionar; o contrato não permite que os agricultores se organizem sindicalmente; e o agricultor torna-se cada vez mais cuidador da tecnologia. A tecnologia controla tudo: umidade, temperatura, água, comida, luz; porém tem falhas, e morre tudo também, tendo que ficar em sistema de alerta por semanas, sem poder sair ou desligar.

Diferentes setores da agricultura familiar, como o leite e o fumo, estão dentro deste processo. Portanto, não dá para dizer que não vamos mais participar, temos que estar. Precisamos construir ações para uma convivência mais justa da agricultura familiar com os sistemas integrados de produção de proteínas animais; garantir que os recursos públicos, do BNDES, por exemplo, obriguem as empresas a criar padrões mais sustentáveis na produção de alimentos; e precisamos permitir aos agricultores a sindicalização, bem como mecanismos mais transparentes da relação entre a indústria e os agricultores.

Temos que rever os nossos conceitos e pensar em como conciliar os sonhos de quem vive no campo. Tem que haver um replanejamento do campo, pois se continuarmos no sistema de que o campo é um lugar para produzir e não para morar, os jovens não vão ficar. Temos que insistir na ideia de que o campo serve para produzir alimentos, tecidos, energia, água, ar puro e etc. Serve para morar, para descansar, para se divertir, para ter qualidade de vida, para fazer teatro e para outras tantas coisas mais.

Nos últimos cinquenta anos, o Estado brasileiro, através da vigilância sanitária, alijou grande parte da cultura alimentar que existia. Nos anos 1970, isso ocorreu com o fechamento dos moinhos de milho, que obrigou os agricultores a mudarem a produção para o trigo e, nos últimos anos, para a agroindústria. O Estado, através da legislação e do sistema judiciário, foi construindo um contexto no qual hoje temos um Brasil exportador de grãos e carnes. Com isso, perdemos muitas histórias; afinal, nada melhor do que um pãozinho quente, feito num forno de barro, com melado. O problema é que hoje o que é mais consumido é a mini pizza no micro-ondas. Os jovens não sabem mais como se pica um frango inteiro, muito menos como depenar. As cozinhas não são mais feitas para a preparação de alimentos que não sejam os pré-cozidos ou os pré-preparados. Estamos enfrentando uma situação que o próprio Estado brasileiro criou, com as empresas, sabendo onde queriam chegar.

Outra constatação é que vivemos uma profunda contradição no país e no mundo. Todos nós sabemos dos problemas da alimentação, mas mesmo assim compramos. Não tem como um frango recém-nascido ficar pronto em 30 dias. Todos sabem que é puro hormônio mas, mesmo assim, o consumo é crescente. Esta contradição que vivemos, é reforçada pelo Estado. O Pronaf financia isso. O Estado brasileiro incentiva o Programa Fome Zero e os programas sociais da agricultura familiar, mas financia a expansão da JBS.

Temos que intervir para criar soluções mais positivas para os agricultores e construir os nossos projetos. Estes projetos significam: grande produção diversificada de alimentos; permanência dos agricultores com qualidade de vida no campo, mantendo as tradições alimentares e culturais; todas as atividades com ciclo curto, da produção agroindustrial e da comercialização, de maneira a garantir a soberania alimentar; aumento significativo da produção de alimentos agroecológicos, com baixo impacto ambiental, e grande produção de nutrientes por hectare; fazer o uso de sementes, bem como de plantas e animais, como uma forma de manutenção da biodiversidade, patrimônio da humanidade; e redistribuição das terras, através de programas da reforma agrária, bem como crédito fundiário, e de maneira especial pela sucessão, fazendo com que os jovens possam permanecer no campo.

Temos que fortalecer a agricultura familiar com uma produção que seja agroecologicamente possível e fazer com que ela chegue — através de cadeias curtas, médias ou longas — nas mãos dos consumidores, com o mínimo de atravessamento possível. Colocar no *shopping*, com preço altíssimo, não é uma solução viável. Se produzirmos produtos orgânicos, eles têm que ser acessíveis a qualquer trabalhador.

O projeto de desenvolvimento da agricultura deve mostrar que o Brasil precisa de água, de políticas públicas e, principalmente, dos homens e das mulheres no campo. O objetivo desta ação é rever os conceitos dos agricultores, dos dirigentes sindicais, do mercado e da sociedade, de maneira geral. Precisamos estampar nos jornais a importância dos produtos da agricultura familiar, uma produção com visão ambiental diferenciada, sustentável e com industrialização e comercialização direta. Lutamos por um campo com gente, produzindo alimentos, gerando renda, buscando a permanência dos agricultores e das agricultoras, fazendo aquilo que sabem fazer muito bem: "produzir o pão nosso de cada dia". No campo, é muito bonito de se morar, basta construir formas de ter dignidade e produzir alimentos com qualidade. O atual sistema não é culpa dos agricultores. Se eles pudessem escolher, com certeza, teríamos uma mesa muito diversificada.

#### O trabalho no campo

Elias D'Angelo Borges Contag

Estamos vivendo uma conjuntura difícil, com algumas agonias nas relações de trabalho no campo. Uma delas é a investida da bancada ruralista para flexibilizar direitos, como o aumento da jornada de trabalho. Já conseguiram isso no caso dos operadores de máquina, que agora enfrentam 12 horas diárias. Além disso, estão aumentando as ofertas de contratos temporários. É a lógica de que "hoje preciso de você, amanhã você vai embora". Tentaram acabar com o direito à insalubridade em algumas áreas, mas o sonho é acabar com ela no campo. Outro aspecto que é prejudicial para a área urbana e a rural é a regulamentação da terceirização da mão de obra.

A informalidade no campo é altíssima, mais de 60%. À medida que o trabalhador está na informalidade, seus direitos estão sendo violados. Além dos direitos trabalhistas, que ele só receberia por meio de uma ação na Justiça, este trabalhador também tem desrespeitado o seu direito previdenciário, tanto para ele quanto para a sua família. Mais de 60% dos trabalhadores estão na informalidade, 2,5 milhões dos 4,1 milhões. Em alguns estados este número é mais alto devido à mecanização. Alguns atingem 80-90%, como é o caso do Piauí e do Pará. É um fator que deixa o trabalhador invisível e mascara a realidade dos acidentes.

A cadeia produtiva da carne, compreendendo os suínos, as aves e os bovinos, contrata cerca de 10% dos assalariados rurais; são 452 mil assalariados rurais. No caso de bovinos e suínos, temos 211.590 trabalhadores, segundo os dados oficiais. Destes, 120.342 (57%) estão formalizados. É um índice pouco maior do que a média geral. E 90.117 estão na informalidade. Na produção da cadeia das aves, temos 221.393 trabalhadores, sendo 55.340 (25%) formalizados e 166.359 informais. A avicultura tem uma informalidade maior do que a média no Brasil. Outro desafio é que a informalidade na agricultura familiar é tão alta quanto nas grandes empresas.

A jornada do trabalhador na pecuária de corte é muito maior. Ele não tem hora para começar nem parar. Além disso, esse trabalhador trabalha muito mais nos finais de semana e feriados porque é quando o empregador está na propriedade; é dia de buscar o gado, vacinar, ver o gado, etc. A situação desse trabalhador é muito crítica, considerando que não há restrição no mercado e, quando tem, ela não é cumprida, pois o Estado não é eficiente na fiscalização para fazer cumprir a legislação trabalhista.

Existem outros aspectos a serem ponderados. Como mencionado anteriormente, a pecuária é uma das atividades campeãs na utilização do trabalho escravo no Brasil. E ela oferece apenas um posto de trabalho a cada 500 hectares explorados. Mas, a situação é mais grave ainda. De 2006 a 2012, foram registrados 172 mil acidentes de trabalho no meio rural. A produção da carne bovina estava em 3º lugar, com 12 mil acidentes; seguida pela de aves, com 8 mil; e pela de soja, com 5 mil. Considerando o trabalho informal, a ocorrência de acidentes é 10 vezes maior do que o registrado, o que revela a importância de refletir sobre os números oficias.

A produção de grãos e a pecuária têm características que precisam ser observadas em termos de impactos sociais. Elas substituem atividades que geram mais empregos, e geram poucos empregos; utilizam trabalho escravo; e estão entre os setores campeões em acidentes de trabalho. Esses dados demonstram como o setor da indústria da carne desrespeita os direitos de seus trabalhadores em relação à saúde e segurança. Precisamos, desse modo, nos unir na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais.

#### Políticas Públicas

Paulo Polese Contag

A linha do tempo das políticas públicas para a agricultura familiar conquistadas entre 1995 e 2015 mostra os desafios e as ações de mobilização realizadas. Em 1995 decidimos construir o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS), do qual nasceu o debate sobre a agricultura familiar. Nesse processo foi realizado o 1º Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi o primeiro projeto concreto resultante dessa discussão e surgiram distintos desafios a partir dele.

A partir de uma decisão eleitoral, de 2003-2004, tivemos um conjunto de conquistas interessantes. Até então as conquistas eram tímidas e mais relacionadas com a safra. A partir da criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), tivemos a Lei da Agricultura Familiar e o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa), que facilitaram a produção e a inserção dos produtos da agricultura familiar no mercado formal. Em termos de cadeias produtivas, o maior desafio em relação à cadeia da carne é a vigilância sanitária.

Conseguimos a implementação de outras políticas que deram base à agricultura familiar. Temos a Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), de 2011,

que criou um sistema de assistência técnica para ajudar os agricultores. Anteriormente, tínhamos que enfrentar juros altos que, depois, chegaram a 2%, o que contribuiu muito para a agricultura famliar. Além disso, temos acesso a outras políticas públicas de garantia de renda, safra, seguro. Algumas políticas que são estruturantes para o modelo são mais recentes, o que não significa que não estiveram nas nossas pautas.

A primeira ação do Projeto Alternativo foi discutir o modelo de desenvolvimento. Entre 1997 e 2000, 70 mil lideranças da agricultura familiar discutiram o que é o de desenvolvimento para o meio rural. De lá para cá, conquistamos muitas políticas públicas, mas pecamos em não ter investido mais no debate, nas escolas, na pauta da educação, para termos mais propriedade sobre os diversos temas e as mudanças de conjuntura. Além disso, foi aprovada a Política Nacional de Agroecologia, em agosto de 2012. Construímos e estamos construindo alguns instrumentos dessas políticas. Podemos questionar como essas políticas acontecem na prática, mas não podemos esquecer das conquistas realizadas.

Quem está de fora pode olhar para a disponibilidade de créditos — do Pronaf e do Plano Agricultura de Baixo Carbono (ABC) — e achar que não havia muito recurso disponível e que este não chegava aos agricultores. É possível também fazer a crítica ao crédito, porque ele levou muitos agricultores ao endividamento. Mas, apesar dos desafios, é importante lembrar que o crédito foi uma conquista relevante no meio rural, principalmente pela democratização do acesso aos recursos. O alcance hoje é de 1/3 do seu potencial, e 1/3 dos agricultores têm acesso ao crédito e à Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater).

Outro desafio é a qualidade na aplicação. Precisamos de tecnologia e conhecimento, mas ambos estão concentrados e direcionados para um determinado público, o agronegócio. Ninguém parece disposto a pesquisar outras tecnologias, como a agroecologia, por exemplo. Tem um grupo bom na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), mas o presidente fala que "logo uma impressora vai imprimir alimento". É difícil conseguir a realização de pesquisas para a agroecologia quando a liderança da Embrapa tem esse tipo de postura.

Além disso, existe a orientação do modelo hegemônico do agronegócio atrás dos agentes financeiros, da Ater e da pesquisa. Poderíamos ter avançado com as cooperativas de crédito, mas é difícil. O Banco do Brasil, que repassa 70% do crédito, é do agronegócio.

O último desafio a mencionar é a organização dos agricultores/as familiares, em termos de associativismo, cooperativismo e grupos produtivos. Temos que apostar na nossa capacidade de rever a questão do crédito para que ele seja voltado para o Projeto Alternativo. Precisamos apostar na União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (Unicopas), estudar mais essa possibilidade e aprofundar o debate em torno dela.

Outro tema relevante é o da seguridade e renda. Nesse sentido temos o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (*ProAgro*), o ProAgro Mais e o Seguro da Agricultura Familiar (Seaf).

Acabamos de construir o Plano de Desenvolvimento Rural, que desafia toda a estrutura do crédito. Não temos estrutura para bancar a regularização dos nossos mecanismos e estamos fora do mercado. Então, sobra a integração.

Temos um problema em termos de informação. Somos criticados por "beber" de fontes como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Mas, se não fizermos isso, de que fontes vamos "beber"? Eles sabem mais da nossa agricultura do que nós mesmos. O Censo Agropecuário é o insumo que temos, mas ele retrata muito mal a realidade. Temos informações antigas, nunca sentamos com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para pensar em uma metodologia.

Enquanto isso, há o projeto "O Campo na Classe Média", promovido pela ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Kátia Abreu, e o projeto "Aliança para a Inovação na Agropecuária", da Embrapa. Estes projetos têm muito dinheiro. A operacionalização do primeiro inclui cerca de 50 mil agricultores da classe média do campo, que recebem, cada agricultor, assistência técnica presencial uma vez por mês. Ou seja, quando querem, eles têm.

Há, portanto, uma disputa em torno das políticas públicas e do crédito para a agricultura. É preciso insistir na implementação do PADRSS.

#### 0 bem-estar animal

Elizabeth MacGregor FNPDA

O início do debate sobre a carne e os animais está na questão da senciência e do bem-estar animal. A neurociência, que é o estudo da anatomia e do funcionamento do cérebro, e a etologia, que estuda o comportamento dos animais, são as duas referências que dão embasamento para o nosso debate. A Dra I. Prada, da Universidade de São Paulo (USP), utiliza um esquema sobre o sistema nervoso central do animal que demonstra que, embora a constituição dos animais não seja exatamente igual a nossa, a maior diferença está nos pensamentos mais complexos. Existem estudos que demonstram que os mamíferos, as aves e os répteis têm um sistema límbico (responsável por controlar os comportamentos ligados à sobrevivência e às emoções). Isso já está bem mapeado. Como dizia Charles Darwin, "não existe nenhuma diferença fundamental entre o ser humano e os animais em termos de faculdades mentais. A diferença é em grau de complexidade e não em tipo". É esta complexidade que nos cega.

Em 2012, um grupo de treze neurocientistas de renomadas instituições publicou um manifesto que dizia: "o estudo da neurociência evoluiu de modo tal que não é mais possível excluir os mamíferos, as aves e até os polvos do grupo de seres vivos que possuem consciência. Estruturas do cérebro responsáveis pela produção da consciência são análogas em humanos e outros animais... Nosso papel como cientistas é tornar público o que enxergamos".

Além disso, mesmo para quem não tem acesso ao conhecimento científico, as bancas de jornais estão cheias desse tipo de conceituação. A revista *Superinteressante*,

por exemplo, publicou, em maio de 2015, uma matéria de capa com o título "Como pensam os animais". Observe que a chamada não foca em "se pensam", mas sim em "o que pensam". Na internet também encontram-se diversas pesquisas científicas que provam a inteligência dos animais e as suas emoções, evidenciando que animais são seres sencientes, capazes de experimentar emoções como o medo, a dor, a alegria e o contentamento. Portanto, a perspectiva não é perceber o que temos de diferente dos animais, mas o que temos em termos de semelhanças. Olhar só para a diferença já nos trouxe diversos problemas entre os humanos, como o racismo. O desafio passa pela classificação de animal senciente ou semovente. A União Europeia já considera os animais como sencientes, o Brasil ainda os considera como semoventes. Ao mesmo tempo, a preocupação pelo bem-estar animal é considerada, por cada vez mais pessoas, como um novo e lógico passo na evolução da ética humana.

Tratar do bem-estar animal significa considerar não só a condição física do animal, como também a sua condição mental e o seu comportamento natural, orientados pela ciência Bem-Estar Animal. Os critérios científicos definem como parâmetros de avaliação da condição dos animais as chamadas "cinco liberdades": de fome e de sede, com acesso à água fresca e a uma dieta que garanta saúde e vigor físico plenos; de dor, lesões e doenças, pela prevenção ou rápido diagnóstico e tratamento; de desconforto, com um ambiente apropriado, incluindo abrigo e área de descanso confortáveis; de medo e estresse, com condições e tratamento que evitem o sofrimento mental; e de expressão do seu comportamento natural, com espaço suficiente, instalações adequadas e companhia da própria espécie. Portanto, é possível fiscalizar o cumprimento destes parâmetros científicos.

Existe uma grande diferença entre o agronegócio e o sistema caipira ou orgânico. Na indústria da carne, os animais são tratados como máquinas. O agronegócio não é sustentável para o meio ambiente, as pessoas ou para os animais. Trabalhar o tema do bem-estar dos animais pode ser uma ferramenta contra o agronegócio, normalmente uma atividade de alta densidade animal; que utiliza antibióticos e medicamentos de forma permanente, causando problemas para a saúde humana e o meio ambiente, e gera mutilações nos animais, sem o uso de anestesia, para evitar a expressão do estresse, como a debicagem nas aves e o corte da cauda e dos dentes nos suínos.

É importante fortalecer uma campanha contra o confinamento dos suínos. O porco é um dos animais mais inteligentes do planeta, mais do que os cães, sendo a sua inteligência similar a dos grandes primatas, elefantes e golfinhos. O confinamento, que parece um campo de concentração de animais, significa passar toda a vida em gaiolas que têm praticamente o mesmo tamanho de seus corpos, sem poder se virar ou dar mais do que um passo. A porca é separada dos porquinhos. As consequências são distúrbios mentais, estresse, frustração, e infecções urinárias. Esses animais são tratados como máquinas, como se não tivessem sentimentos, nem raciocínio. Mesmo no agronegócio, a gestação coletiva em confinamento pode ser feita em um melhor ambiente de trabalho e com menos estresse e sofrimento nos animais. Um animal estressado é um animal perigoso.

No caso das aves, elas são colocadas em espaços menores que uma folha de papel A4, o que as impede de voar, ciscar, andar, esticar as asas completamente, botar ovos em ninhos, empoleirar e alçar pequenos voos. As consequências são estresse constante, perda de penas, problemas hepáticos, fraturas e fraqueza óssea.

As gaiolas em bateria já são proibidas em mais de 30 países, como a Nova Zelândia, o Butão, vários integrantes da União Europeia e diversos estados da Índia. Algumas empresas do setor corporativo, como a Nestlé, Unilever e Heinz, têm políticas globais que se aplicam ao Brasil, enquanto empresas de fast-food, como o McDonalds, Burger King, Subway e Walmart, têm políticas que só funcionam nos Estados Unidos (EUA) ou na Europa. O Brasil é sempre um dos últimos países a adotar esse tipo de política. A experimentação em animais também já é proibida na Europa. Temos que bater o pé para que aqui no Brasil ela também seja.

Novamente, mesmo estando dentro do modelo do agronegócio, o sistema de galpões abertos (*cage-free*) para as aves fornece um ambiente mais adequado para o animal e representa uma melhora para a saúde pública, com menor risco de contaminação. Os sistemas caipira e orgânico são ainda melhores e funcionam bem para os produtores familiares. Os ovos são vendidos entre 40% e 60% mais caros no varejo, o que compensa o produtor. Sabemos que quanto mais caro, menos a população compra, mas aumentando a oferta, o preço abaixa.

Uma de nossas campanhas é a "Segunda Sem Carne: descubra novos sabores", pelas pessoas, pelos animais, pelo planeta. Trata-se de uma iniciativa que vai no sentido de um "caminho do meio", de estimular a diminuição do consumo. Diante do aumento populacional mundial, é importante refletir e debater sobre a redução do consumo, de modo que possamos administrar este crescimento.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), o setor de produção animal é um dos maiores responsáveis pelos mais sérios problemas ambientais, em todas as escalas. A pecuária emite entre 14% e 18% das emissões totais de Gases de Efeito Estufa (GEE) em todo o planeta, mais do que o setor de transporte. A produção de 1 kg de carne bovina no Brasil emite 335 kg de gás carbônico (CO $_{\rm 2}$ ), o que é equivalente às emissões de circulação de um carro europeu médio por cerca de 1.600 quilômetros. Além disso, a produção animal usa intensivamente água e terras e é responsável pela maior parte do desmatamento na Amazônia Legal.

Um agravante desta produção é que cerca de 60% do milho/cevada e de 97% do farelo de soja são usados como ração para alimentar os animais. O maior consumo de carne é feito pelos povos mais ricos, enquanto um bilhão de pessoas ainda passa fome.

A carne é uma fonte de alimento extremamente ineficiente; demanda recursos escassos, como água e terras agriculturáveis, que deveriam ser usados diretamente para prover a alimentação humana; gera escravidão moderna e péssimas condições de trabalho; e, ainda, causa problemas de saúde pelo avanço das "superbactérias" que, em decorrência do elevado uso de medicamentos nos animais, criam micro-organismos resistentes. Médicos já recomendam limitar o consumo da carne em três vezes por semana.

Uma pesquisa do Instituto Akatu, realizada em 2012, sobre critérios importantes na decisão de compra do mesmo tipo de produto e mesmo preço, mostrou que o critério apontado como muito ou mais importante foi, para 87% dos respondentes, "que, durante a produção, os animais não tenham sido maltratados". Ou seja, a pesquisa indica um avanço em relação à preocupação do consumidor em relação ao bem-estar dos animais.

Outro aspecto positivo é que uma Secretaria Municipal de São Paulo assumiu a campanha "Segundas Sem Carne". Além disso, no ano passado (2014), pressionamos a BRF para anunciar o fim das celas de gestação. Não conseguimos que a suspensão ocorresse dentro do prazo que esperávamos e ainda não está clara a relação da empresa com a cadeia de fornecedores mas, mesmo assim, foi um avanço importante que nos estimulou a pressionar também a JBS. A próxima grande campanha será em torno da *Burger King*.

A Frente Nacional de Proteção e Defesa Animal (FNPDA) também tem o Programa de Educação Ambiental Humanitária em Bem-Estar Animal, que tem o objetivo de fornecer mais informações para a população, notoriamente desinformada sobre este tema. Este programa contribui no sentido do que afirmou Nelson Mandela: "a educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo". Os objetivos do programa são sensibilizar educadores, desenvolver conhecimentos sobre senciência, o bem-estar animal e impactos ambientais do uso de animais; e apresentar recursos didáticos e facilitar a sua utilização. Trabalhamos sempre em parceria com secretarias de Educação, normalmente através de convites iniciais das secretarias de Meio Ambiente. Já capacitei cerca de 8 mil professores, formadores e multiplicadores, que podem atingir muito mais gente. Trabalhamos com as crianças e com toda a família também. Além disso, temos cada vez mais o apoio de celebridades, que estão, cada vez mais, conhecendo esta realidade e interessados em aprender mais. Desse modo, foi realizado um trabalho focado nos rodeios, um dos efeitos colaterais da cadeia da carne que implica em maus-tratos. A FNPDA lancou um vídeo sobre o tema, com narração do ator Paulo Vilhena.

O bem-estar animal é um tema que precisa ser incluído em qualquer discussão sobre a produção de carne. Não se trata apenas de uma questão ética e moral, mas sim de uma ferramenta capaz de ampliar as percepções e o debate sobre as consequências do consumo da carne. A construção de um mundo melhor passa por percebermos com mais sensibilidade e consciência os bilhões de animais com os quais compartilhamos o planeta. E como dizia Ghandi: "você deve ser a mudança que você quer ver no mundo".

# O Atlas da Carne no Paraguai: impactos e participação cidadã

Elías Días Peña

Sobrevivencia, Amigos da Terra Paraguai

A relação entre o Brasil e o Paraguai no que diz respeito à indústria da carne se dá através da exportação de soja produzida por brasileiros no leste do Paraguai e pela compra de grandes extensões de terra no Chaco Paraguaio por fazendeiros do Mato Grosso do Sul e de São Paulo, que estão desmatando para colocar o rebanho bovino e implementar a produção de carne.

Em 2009, o Paraguai exportava um pouco mais de duas mil toneladas de soja por ano mas, em 2013, este valor passou para quase 300 mil toneladas por ano. Os principais destinos são a Rússia (46%), Chile (19%), Brasil (12%) e Hong Kong (9%). Houve também um aumento na produção de carne para quase 400 mil toneladas anuais em 2010 e estima-se que este valor será de quase meio milhão de toneladas em 2020, representando um aumento de 26,3%. Grande parte dessa produção é direcionada para a exportação; a porcentagem destinada ao consumo interno é cada vez menor e a carne está cada vez mais cara.

Os estudos da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) asseguram que, se forem incluídas as emissões por uso e mudança da terra, o setor da pecuária é responsável por 9% das emissões mundiais de gás carbônico ( $\mathrm{CO_2}$ ) procedentes das atividades humanas. "Mudança no uso da terra" é o eufemismo que se usa para caracterizar o desmatamento. Além disso, a pecuária é responsável por 37% de todo o metano produzido pela atividade humana. Este gás é 23 vezes mais prejudicial que o  $\mathrm{CO_2}$  e se origina, em grande parte, no sistema digestivo do gado. A porcentagem é mais elevada quando se trata dos Gases de Efeito Estufa (GEE) mais perigosos, como o óxido nitroso, que procede do esterco e é 296 vezes mais prejudicial que o  $\mathrm{CO_2}$ . Também é preciso considerar a emissão de 64% de amoníaco, que contribui de forma significativa para a produção de chuva ácida. A FAO também explica que a pecuária usa 30% da superfície terrestre do planeta em pastos e 33% da superfície cultivável para forragem. O corte da floresta para pastos é uma das principais causas do desmatamento, em especial na América Latina.

Em 1961, as emissões provenientes do gado regionais na América Latina eram de 388 milhões de tonelada e hoje este valor passou para mais de 1 bilhão de toneladas. As principais fontes de GEE na América Latina são o desmatamento e a destruição de ecossistemas em decorrência do agronegócio, em especial da pecuária.

A soja transgênica entrou no Paraguai através do Brasil e da Argentina no final dos anos 1990 e se estendeu rapidamente para as principais zonas agrícolas do país.

A soja causa o desmatamento da floresta nativa, a contaminação e erosão dos solos, a destruição dos recursos hídricos e o envenenamento das pessoas, devido ao uso indiscriminado de agrotóxicos. Grande parte das terras que eram do povo indígena Guarani já foi desmatada, tornando-se uma das maiores zonas de produção de soja. A Mata Atlântica, que o Paraguai divide com o Brasil e a

Argentina, já foi quase toda desmatada; resta hoje menos de 3% da sua superfície total em solo paraguaio. Em torno de 6 milhões de pessoas, em especial o povo Tupi-Guarani, habitaram esta região, por mais de 3 mil anos, convivendo de modo harmônico com a floresta.

Desde 2012, depois do golpe de estado que destituiu Fernando Lugo, treze novos projetos transgênicos foram liberados como, por exemplo, o do milho, afetando a produção das sementes nativas indígenas.

Em relação à evolução da produção de soja no Paraguai, na década de 1990, o Paraguai produzia em torno de 3 milhões de toneladas. Em 2013 este valor passou para 8,1 milhões e aumenta rapidamente, avançando para o *Gran Chaco*, com crescimento potencial.

O mapa de terror, fabricado pela Syngenta, apresenta a região Argentina-Brasil-Paraguai-Bolívia como a República Unida da Soja, com uma área cultivada de 500.000  $km^2$  em 2013, ou seja, mais que o dobro do Reino Unido que tem 244.023  $km^2$ , e a Itália que tem 301.338  $km^2$ . Entre os principais produtores mundiais, o Paraguai aparece como o 6º, e o 4º em termos de exportação. As exportações estão intimamente ligadas à produção de proteína animal, indo, em 2011, principalmente para a União Europeia (57%), a Rússia (9%) e a Turquia (8%). Em 2012, 47% foi para a UE, 13% para a Rússia, 7% para a Turquia e 7% para o Brasil.

A expansão da soja desloca camponeses e indígenas das suas terras tradicionais, desmata a floresta, destrói a biodiversidade e gera desemprego. Grande parte da água utilizada na cadeia da carne é contaminada. Uma produção de 400 hectares de soja precisa de apenas dois ou três trabalhadores. Na agricultura familiar, é preciso um trabalhador para cada 10 hectares.

O desmatamento começou a ser um problema no Paraguai por volta de 1945, devido à construção de rodovias que cortavam a floresta; agravando-se depois, em 1980, quando os colonos brasileiros se estabeleceram; e, em 2012, em decorrência da expansão do agronegócio; a ponto de, em 2013, grande parte do país já estar coberto pela soja.

Várias vilas campesinas foram despovoadas e, em decorrência disso, mais de 500 escolas foram abandonadas, cercadas por plantações de soja. No caso do Alto Paraguai, existem chácaras de produção de agricultura familiar localizadas ao lado de agricultores empresariais, que plantam soja geneticamente modificada. A convivência entre estes dois sistemas é impossível.

Latifundiários invadem a comunidade, oferecem dinheiro a um ou dois campesinos, compram a terra e, depois, expulsam os outros com o uso de veneno, tornando inviável a produção tradicional e a própria subsistência. A única solução é o ordenamento territorial, para legalmente estabelecer zonas de agricultura ecológica e orgânica, livre de agrotóxicos e transgênicos.

Outra consequência é o fato de que muitas dessas populações expulsas dos seus territórios vão trabalhar nos aterros sanitários das cidades. O povo Tupi-Guarani, por exemplo, tinha a maior extensão territorial da Bacia do Rio Prata, que incorporava o sudeste do Paraguai, a região Sul do Brasil, partes da Bolívia

e do Uruguai e, ainda, algumas áreas em Misiones, na Argentina. Eram isolados. No entanto, atualmente, a maior parte já foi expulsa das suas terras. Ao migrar para as cidades, não conseguem empregos e se expõem a problemas como o uso de drogas. Este povo resistiu por 500 anos e na última década foi expulso das suas terras devido á produção da soja.

A principal característica da Bacia do Prata, que se estende por mais de 400 mil quilômetros contínuos de sistema úmido, do grande Pantanal até o Rio da Prata, a de ser um grande produtor de alimentos e de peixes para milhões de pessoas e reservatório de biodiversidade, está sendo destruída pelo cultivo de soja.

Que efeitos podemos esperar deste processo? Na boca do Rio Mississipi, nos Estados Unidos, existe uma grande mancha chamada de "zona morta do Golfo do México". A Bacia do Mississipi tem a mesma área, produção de água e sistema úmido que a Bacia do Prata. Um engenheiro estadunidense estimou que 30 milhões de quilômetros da região úmida deveriam ser restaurados para que a "zona morta" desapareça. O custo seria de US\$ 20 bilhões para uma área de 800 mil hectares. Imaginem o custo para recuperar os 30 milhões de hectares da Bacia do Prata... No atual processo, a Bacia do Prata vai ser também convertida em uma zona morta. Por isso, temos que enfrentar juntos este modelo, todos, produtores, consumidores, habitantes do Norte e do Sul.

#### Agroecologia

Maria Emília Lisboa Pacheco Fase, ANA e presidenta do Consea

Temos uma dívida histórica com o Paraguai e não podemos mais continuar passivos frente à forma como as empresas e o governo brasileiro atuam no Paraguai. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) vai tratar da agenda internacional e, portanto, traremos à tona este debate porque o processo de destruição e expropriação das comunidades camponesas no Paraguai é alarmante. Trata-se de um etnocídio e, portanto, é preciso incorporar esta questão na política externa brasileira.

É importante reforçar que a perspectiva da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) é de se contrapor ao modelo agrícola dominante. Não há lugar para a convivência destes modelos. Embora dentro da ANA não seja feito um debate específico sobre a cadeia da carne, nossa visão é ecossistêmica e tem, no fundo, uma perspectiva de superação dos padrões dominantes de organização técnica e ecológica do chamado desenvolvimento rural brasileiro.

A perspectiva agroecológica não pode ser confundida, nem se restringe a boas práticas ou a uma política de nicho de mercado. Trata-se de uma visão sistêmica, de transformações mais profundas. Intrinsecamente associada a esta perspectiva de agroecologia, está o que entendemos por ciência, técnica e movimento socioambiental, incorporando a função social da propriedade, a biodiversidade, o direito à água e à semente. A agroecologia não pode, portanto, ser confundida com a Agricultura Climaticamente Inteligente ou a Agricultura Sensível à Nutrição, que estão, em alguma medida, integradas ao programa Agricultura de Baixo

Carbono (ABC), e que correspondem, do ponto de vista tecnológico e ideológico, ao modelo ao qual nos contrapomos.

Nos últimos tempos temos promovido uma interação entre o campo da agroecologia, da justiça ambiental, do movimento feminista e do movimento pela soberania e segurança alimentar, buscando integrar as diferentes perspectivas e superar a visão de que o alimento deve ser pensado apenas em termos de acesso. Queremos relacionar os diversos aspectos e construir interações com vários campos, pois só assim é possível nos contrapormos ao modelo dominante. Nesse sentido, perguntamos que alimentos estamos ou não consumindo. E embora não haja um movimento em massa de consumidores procurando uma alimentação saudável, há iniciativas importantes, como as que seguem.

A cadeia da carne tem uma postura agressiva em grande parte da publicidade de alimentos que financia. Atualmente, a Sadia divulga uma propaganda em que apropria-se de uma frase que construímos no Congresso de Segurança Alimentar e Nutricional: "comida de verdade, no campo e na cidade, por direitos e soberania alimentar". A Sadia divulga: "comida de verdade, com S de sua", projetando a imagem de uma sociedade em que os embutidos e os enlatados que ela produz estão voando.

Esta é uma das contradições deste governo, que apoia e financia a indústria da carne e ao mesmo tempo lança um livro, *O Guia da Alimentação*, que condena os alimentos ultraprocessados e defende os alimentos de qualidade. Nesse sentido, há um movimento, uma articulação pela regulação das propagandas na área da alimentação.

Existe também uma movimentação reunindo setores ligados à saúde e nutrição e à produção agroecológica por um Programa Nacional de Redução dos Agrotóxicos, contra a fumigação aérea, a manutenção de subsídios para a produção de agrotóxicos e pela criação de um Fundo destinado à expansão da agroecologia. A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica é recente, de 2012, e, portanto, tem muitos caminhos a trilhar.

Além disso, tem um outro campo de batalha envolvendo vários setores da sociedade que é a adequação das normas sanitárias de forma a reconhecer a produção artesanal do alimento e as culturas alimentares brasileiras, considerando o alimento como um patrimônio cultural. Não podemos abrir mão deste patrimônio.

Neste momento, temos uma moção em defesa da cultura alimentar, em Santa Catarina, e contra os excessos da vigilância sanitária do Ministério Público (MP), em decorrência do processo de criminalização dos movimentos. Precisamos, por exemplo, estabelecer uma aliança com o Fórum Nacional de Defesa e Proteção Animal (FNPDA) porque hoje um frango caipira aparece como sendo de maior risco do que um frango cheio de antibióticos. Tem um debate no Congresso Nacional para mudar a rotulagem dos produtos transgênicos e todos esses processos de criminalização dos movimentos. O contexto mostra o quanto é preciso nos mobilizarmos com vários campos.

Está sendo criado, a partir da Argentina, um núcleo de cientistas comprometidos com a natureza e a sociedade na América Latina. Sempre dizemos que não

haverá mudança sem novos paradigmas na ciência. Assim, é bom saber que existem cientistas defendendo a questão; e muitos são perseguidos, como aqui no Brasil, em especial aqueles que denunciam os agrotóxicos, que têm como premissa a sustentabilidade, a justiça, a igualdade, a diversidade cultural e a aplicação dos princípios de precaução e prevenção. A luta é longa e dificílima.

#### Situação no Oeste do Paraná

Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (Capa)

O Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (Capa) do oeste do Paraná, membro da rede de agroecologia Eco-Vida, que não pôde estar presente, enviou algumas contribuições.

A criação de animais sempre esteve presente na região oeste do Paraná. De produção primária, no início da colonização, nas décadas de 1960 e 1970, a cadeia produtiva da carne transformou-se em um complexo agroindustrial de grande importância econômica. Os grãos (soja e milho), produzidos em larga escala na região, são, na grande maioria, destinados à produção de ração para os animais. O sistema de produção adotado é o de integração, no qual as indústrias processadoras fornecem os animais, os insumos necessários e a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e as famílias participam com as instalações e a mão de obra.

Atualmente, a região mantém posição de destaque na produção, no processamento e na exportação de carne de suínos e frangos. Instaladas na região, encontram-se importantes empresas de abate e processamento, que mantém parceria com um grande número de produtores rurais. Por um lado, proporcionam agregação de valor à produção primária e geram milhares de empregos, pois ocupam grande parcela da população rural e urbana, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico regional.

Por outro lado, por ser intensiva e em grande escala, na qual os animais ficam concentrados em espaços reduzidos, a atividade possui um enorme potencial poluidor do ambiente, principalmente a suinocultura. Em alguns municípios da região o número de suínos é de cinco a oito vezes superior ao número de habitantes. Outros danos são a perda da autonomia dos agricultores e a diminuição da biodiversidade nas propriedades agrícolas.

A produção de carne da região atende tanto o mercado interno quanto o externo e não está monopolizada, uma vez que várias cooperativas e empresas atuam no setor. Atualmente, a maioria da carne destinada à exportação é transportada por ferrovia (Ferroeste). Vale ressalvar também que, ao exportar a carne, na realidade, também exportamos água, livrando, assim, os países importadores deste alto custo ambiental.

Como contrapontos a este sistema de produção existem, na área da avicultura, pequenas iniciativas (alternativas) ao processo industrial, como a criação ecológica e colonial de aves, envolvendo agricultores/as, suas organizações, entidades de Ater e universidades. Os principais entraves para estes sistemas alternativos são a legislação, principalmente em relação ao abate e à produção de rações.

# Reflexões finais e expectativas para o futuro

Os debates ocorridos durante a Oficina "Cadeia Industrial da Carne" apontam para uma diferença central entre os atores no que diz respeito à resistência ao modelo agrícola dominante, à construção de alternativas e à necessidade de trabalhar por dentro do sistema, apoiando os/as agricultores/as integrados ao modelo do agronegócio. A argumentação em torno da necessidade de promover ações que possam regulamentar o sistema agroindustrial baseia-se no fato de não ser possível eliminá-lo no curto, médio ou longo prazo e que, portanto, é preciso construir processos mais justos, onde os agricultores envolvidos tenham melhores condições de trabalho. Outros acreditam que a construção e o fortalecimento de alternativas exigem o rompimento e a superação do modelo atual.

O reconhecimento, maduro e responsável, desta diferença, além da própria análise de conjuntura, foi importante, inclusive, para identificar a ausência de condições para propostas mais incisivas de enfrentamento do complexo da indústria da carne. Uma das expectativas das organizações internacionais, a construção de uma campanha global em torno da problemática, por exemplo, não seria possível neste momento, pois pressupõe que as entidades envolvidas tenham um posicionamento comum.

Ao mesmo tempo, há acordo sobre a necessidade de desmantelar o poder das grandes corporações, sobre os impactos da indústria da carne e sobre o papel do Estado. Trata-se de uma indústria regulada por mega empresas, com amplo poder econômico, financeiro e político, que invadem e ocupam grandes extensões de áreas aumentando a concentração de terra e os conflitos territoriais, violando os direitos trabalhistas e ambientais, em especial através do trabalho escravo contemporâneo e do desmatamento, e ameaçando a segurança e soberania alimentar, além de causar danos à saúde. Goza de subsídios e incentivos do Estado e alimenta-se de bem estruturadas relações entre as cadeias produtivas internacionais e a cadeia interna, políticas comerciais e de relações exteriores e de políticas públicas (não só de desenvolvimento da agricultura e pecuária, mas de vigilância sanitária), além de volumosos financiamentos através, por exemplo, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). São políticas que geram mercantilização de terras e de sementes. A mídia hegemônica contribui para a consolidação e legitimação desta indústria no seio da sociedade.

Comunidades campesinas e povos indígenas já foram e continuam sendo, em grande parte, deslocados, tornando-se migrantes forçados deste sistema de produção. Além disso, as organizações do campo identificam que a integração da produção está avançando, envolvendo cada vez mais a agricultura familiar e causando diversos problemas. Portanto, discutir a cadeia produtiva da carne é importante para o agricultor familiar, os assalariados rurais, as populações indígenas e tradicionais e todos os interessados nas questões ambientais e alimentares.

Vale ressaltar, no entanto, as dificuldades no que se refere à correlação de forças, especialmente, ao considerar as poderosas articulações políticas dos atores da cadeia industrial da carne. A posição das organizações críticas a esta cadeia não expressam o ponto de vista da sociedade em geral. Mudar a atual correlação de forças na sociedade é complexo porque o padrão de desenvolvimento brasileiro é fundamentado no agronegócio, nas atividades extrativistas, na mineração e no petróleo. Mudar a matriz produtiva do Brasil é, portanto, um desafio hercúleo numa sociedade que considera ser este o caminho para o "progresso e desenvolvimento". Os movimentos sociais e as populações atingidas pela expansão deste modelo não têm visibilidade e, quando têm, são vistos como resquícios do passado e resistentes ao desenvolvimento. Assim, é importante debater como a cadeia da carne está inserida na discussão sobre o desenvolvimento, analisando as mudanças que ocorrem nos territórios, tendo em vista as questões sociais e culturais.

É também fundamental lembrar algumas conquistas dos movimentos e fazer um chamamento para a sociedade no sentido de que o alimento é um direito e não uma mercadoria, incorporando a sua dimensão cultural. Temos um patrimônio construído pelo movimento social que precisa ser defendido. Então, debater com a sociedade o acesso à alimentação de qualidade e justa, no campo e na cidade é essencial.

Assim sendo, a análise da conjuntura e o reconhecimento das diferenças de perspectivas, explicitadas durante os debates, ressaltaram a necessidade da rearticulação da luta contra o agronegócio e seus impactos sociais, ambientais, culturais e econômicos, contemplando um aprofundamento das análises e estratégias frente aos distintos agentes dominantes (governo, corporações, mídia e instituições financeiras), aos consumidores, à universidade e ao campo das alternativas e resistências, como a agricultura familiar, os povos tradicionais e indígenas e a agroecologia. A seguir seguem as principais propostas apresentadas durante a Oficina.

- Dialogar com organizações da sociedade civil internacional, sobretudo da Europa, que já articulam campanhas sobre o tema. Mudar a matriz produtiva do Brasil é tarefa árdua numa sociedade que a percebe como sinônimo de progresso e desenvolvimento. Os movimentos sociais e as populações atingidas pela expansão desse modelo não têm visibilidade, ou são vistos como resquícios do passado e de resistência ao desenvolvimento. Trata-se, portanto, de uma questão extremamente complexa;
- Exigir a aplicação criteriosa dos recursos públicos no Brasil, direcionando-os preferencialmente, no caso da produção de alimentos, para a agricultura familiar;
- Eliminar todas as formas de subsídios às corporações e a participação acionária do Estado em seu capital;
- Promover debates sobre a participação nesses negócios de capitais pertencentes aos fundos públicos, como os do BNDES e os dos fundos de pensão das empresas estatais. Por terem participação nesses fundos, os trabalhadores têm como influir diretamente sobre suas aplicações. Esta seria uma forma importante de incidência sobre a indústria da carne;

- Retomar algumas pautas, como o limite do tamanho das propriedades e as áreas livres de transgênicos. Ao mesmo tempo, lutar contra todas as propostas em tramitação no Congresso Nacional que representam quaisquer ameaças e retrocessos aos direitos e às conquistas da sociedade civil;
- Organizar campanhas para combater o duplo padrão empregado pelas grandes empresas, exigindo que essas apliquem as melhores normas trabalhistas, sociais, ambientais e de bem-estar animal vigentes nos países desenvolvidos.
   O mesmo se aplica às cadeias multinacionais de fast-food (McDonald's, Burger King e outras), que começam a impor a seus fornecedores novas exigências, como a eliminação do uso de antibióticos em animais. Combater também o duplo padrão aplicado na liberação de agrotóxicos, muitos deles proibidos em seus próprios países de origem;
- Promover campanhas sobre os impactos da produção de carnes, buscando a
  parceria de outros segmentos da sociedade civil. Alertar sobre os danos à saúde
  provocados pelo consumo excessivo de carnes, estimulado pelas empresas do
  setor. Valorizar a dimensão cultural dos alimentos;
- Buscar o fortalecimento da produção familiar de carnes e dos pequenos frigoríficos e reforçar seu potencial de produção de alimentos mais saudáveis.
   Defender mudanças nas normas de inspeção sanitária que alijem do mercado, de forma injustificada, pequenos produtores;
- Denunciar as condições laborais precárias nos frigoríficos, onde trabalham também migrantes em extrema condição de pobreza e sem representação social que assegure seus direitos. No Brasil, esses migrantes vêm principalmente do Nordeste do país, da África, do Haiti e de países muçulmanos;
- Conformar uma articulação regional e internacional Norte-Sul para enfrentar essa problemática. Criar uma mesa de diálogo com representantes da sociedade civil, do governo e, talvez, da agroindústria para debater essas questões;
- Identificar lacunas nas informações disponíveis sobre as cadeias produtivas da carne. Alguns exemplos: quantos produtores familiares abandonaram a produção de leite nos últimos anos; quantos frigoríficos foram fechados; qual o atual volume de pesca nos rios brasileiros; quais os impactos dos agrotóxicos sobre as populações rurais; etc;
- Dar visibilidade aos problemas aqui analisados, buscando o apoio dos consumidores urbanos. É necessária uma estratégia de comunicação para alcançar a mídia que, em sua grande maioria, tem seus interesses associados às corporações do agronegócio, que são grandes anunciantes;
- Buscar a concretização das propostas apresentadas através da organização de um pequeno grupo de trabalho que organize uma oficina com este objetivo.



## A cadeia produtiva de carnes no Brasil

Sergio Schlesinger Consultor Fase

#### Introdução

O Brasil situa-se entre os maiores produtores, exportadores e consumidores mundiais de carnes, assim como de soja e milho, principais matérias-primas para a produção de rações animais. O crescimento acelerado do consumo de proteínas animais nos países emergentes nos últimos anos, sobretudo na China e na Índia, vem impulsionando o aumento da produção e da exportação da carne produzida no país.

Tanto nas cadeias produtivas de carnes quanto nas de grãos, é amplo o predomínio de empresas transnacionais. Algumas delas estão, há muitos anos, entre as maiores exportadoras do país. A novidade é a criação de frigoríficos multinacionais brasileiros, com amplo suporte financeiro do governo federal. As exportações de carnes e de grãos destinados à produção de rações vêm respondendo por parcelas crescentes das exportações brasileiras, e este é o principal fator que leva o governo a estimular o fortalecimento destes setores.

O interesse governamental no equilíbrio das contas externas faz com que seja posta de lado uma longa lista de problemas de ordem social e ambiental causados pela produção de grãos para ração e pela criação e o processamento industrial de animais destinados ao consumo humano. A elevada emissão de gases que contribuem para o efeito estufa, a contaminação das águas e a destruição de nascentes são alguns dos graves problemas ambientais causados por estas atividades.

Do ponto de vista social, é preocupante a expressiva concentração da renda gerada nas mãos das grandes empresas que dominam estas cadeias produtivas e, por consequência, o poder que detêm no setor e na economia nacional, que resulta em relações tremendamente desiguais entre essas corporações e os produtores familiares a elas vinculados.

O Brasil é o segundo maior produtor mundial e o maior exportador de soja em grãos. Grãos, farelo e óleo (que formam o denominado "complexo soja") representaram, em 2014, 32% das exportações agropecuárias do país e 10% do valor total das exportações. Apenas quatro grandes multinacionais concentram quase dois terços das vendas deste complexo ao exterior.

Produzida sob o modelo da grande monocultura, a soja provoca desmatamento e consome mais da metade do valor total dos agrotóxicos utilizados no Brasil, maior consumidor mundial destes produtos. Monoculturas como a da soja provocam também forte redução da água disponível, em função de sua contaminação e do desmatamento. Além disso, ocasionam a redução da oferta de alimentos em

todo o país, o que resulta no aumento do custo da cesta básica, muito acima dos índices de inflação do conjunto da economia.

O Brasil é também o segundo maior produtor, exportador e consumidor de carne bovina, a segunda mais consumida no mercado interno. Mais de 80% da produção do país são destinados ao mercado interno. Enquanto sua participação é de 22% no total de carnes consumidas no mundo, no Brasil ela representa 40% do total.

Criado de forma extensiva, o rebanho brasileiro ocupa 200 milhões de hectares. Por essa razão, essa atividade é, historicamente, a maior responsável pelo desmatamento no país. Este é um dos motivos que levam a pecuária bovina a ser a maior emissora de gases do efeito estufa no Brasil.

A carne de frango é a segunda mais consumida em todo o mundo, e a mais consumida no Brasil. Seus maiores produtores e consumidores são Estados Unidos, Brasil, China e União Europeia, enquanto os maiores exportadores são Brasil, Estados Unidos e União Europeia, nessa ordem, que detêm uma fatia superior a três quartos das exportações globais. No Brasil, a carne de frango ocupa o sexto lugar na pauta geral de exportações.

Na cadeia produtiva de frangos predomina o chamado modelo de integração vertical da produção, onde, através de uma relação contratual, os produtores recebem da agroindústria os insumos necessários, criam os frangos e os repassam à agroindústria, que processa e comercializa a produção. O desequilíbrio dessas relações é ameaça permanente aos pequenos produtores, que muitas vezes recebem dos frigoríficos valores que sequer cobrem seus custos de produção. Somam-se a isso as péssimas condições de trabalho a que são submetidos os funcionários das empresas.

Além dos frigoríficos, estão presentes gigantes das indústrias farmacêuticas, de sementes transgênicas, agrotóxicos, agrícolas, comercializadoras e processadoras de grãos, com atuação global e elevado grau de concentração, que lhes assegura um poderio econômico e político que dificulta crescentemente a própria regulação de suas atividades.

Entre 2007 e 2013, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) pôs em prática a chamada "política dos campeões nacionais". Tratava-se de eleger empresas exportadoras brasileiras e transformá-las em grandes multinacionais. Para isso, essas empresas receberam grande volume de recursos, não só através de empréstimos com juros subsidiados, mas também da compra de debêntures e aquisição pelo BNDES Participações (BNDESpar) de parte de suas ações.

Grandes frigoríficos brasileiros encontram-se entre os beneficiários dessa política. Eles absorveram dois terços dos recursos destinados pelo BNDES a esses "campeões", destacando-se a JBS-Friboi, a Marfrig e a Brasil Foods (BRF), que hoje estão entre as maiores produtoras mundiais de proteína animal. Dentro do país, os recursos disponibilizados pelo BNDES foram utilizados, em grande parte, para fusões e aquisições de outras empresas. Com o agigantamento dessas empresas resultante do impulso inicial fornecido pelo BNDES, os efeitos da

política dos campeões nacionais prosseguem até hoje, tanto em relação à compra de empresas em outros países quanto no Brasil.

A JBS se tornou a maior empresa privada do Brasil. Passou também a ser a maior empresa de proteína animal do mundo. Possui hoje mais de 300 unidades de produção espalhadas por diversos países, além do Brasil: Estados Unidos, Canadá, Austrália, Argentina, Paraguai, México, Itália, Uruguai, Porto Rico, África do Sul, Alemanha, China e Vietnã. O BNDESPar detém cerca de 25% do capital da empresa e a Caixa Econômica Federal, 10%.

Entre 2007 e 2013, o valor de mercado da JBS foi multiplicado por nove. Mas se a "política dos campeões nacionais" é um grande sucesso para seus acionistas controladores, resta saber o que ganha com isso o restante da população brasileira, que arca com o custo dos recursos direcionados a essas empresas.

Os maiores perdedores são os pequenos criadores, cada vez mais cativos destes grandes frigoríficos, que passam a pagar-lhes preços menores, apropriando-se de suas margens de lucro. A concentração de mercado nas mãos de poucos fornecedores, assim como a possível formação de oligopólios, pode acarretar também aumento dos preços para os consumidores, em nível nacional e global. O poderio econômico dessas grandes empresas se traduz ainda em poder político, assegurando a elas legislação e políticas governamentais favoráveis à sua contínua expansão e concentração.

Para enfrentar este conjunto de problemas, considerado o poderio das empresas envolvidas, é necessária uma forte articulação da sociedade civil. À medida que estas empresas atuam no plano global, adotando modelos de produção muito semelhantes, esta articulação precisa ocorrer nos níveis nacional e internacional.

A importância da mobilização e participação das organizações brasileiras é especial, não só por ser o país um dos maiores produtores e exportadores mundiais de carnes, mas também pela atuação das grandes multinacionais brasileiras em outros países.

A percepção de que a produção de carnes é um denominador comum entre essas questões aponta para a necessidade de aglutinar instituições que, de maneira fragmentada, já atuam em diversas frentes, como organizações sindicais de trabalhadores, movimentos sociais, organizações não governamentais (ONGs), órgãos de defesa do consumidor, de direitos humanos e outros.

Iniciar um diálogo entre essas organizações, que busque avaliar a possibilidade do estabelecimento de uma rede global de ações em torno do tema, foi o principal objetivo da oficina de trabalho *Cadeia Industrial da Carne*, realizada em setembro de 2015 por iniciativa do *Institute for Agriculture and Trade Policy* (IATP), da Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip), da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) e da Fundação Heinrich Böll.

Esta publicação reúne um breve estudo sobre a agroindústria da carne no Brasil e uma síntese das transcrições das apresentações e dos debates realizados durante a oficina. Tem por objetivo principal contribuir para a continuidade das ações da sociedade civil necessárias para enfrentar os problemas apontados.

# Produção de grãos e carnes

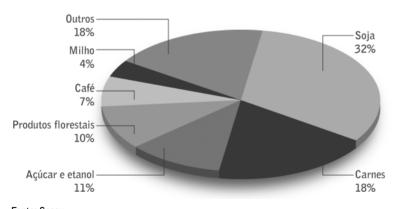
Além de produzir e exportar carnes de frango, bovina e suína, o Brasil tem papel destacado também nos mercados da soja e do milho, as duas principais matérias-primas para a produção de rações para animais. Em termos globais, segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (cuja sigla em inglês é USDA), é o maior produtor de carne bovina, o segundo maior de soja e o terceiro de frangos e milho. É também o maior exportador de grãos de soja e de carne de frango, e o segundo maior de carne bovina e de milho.

Posição do Brasil na produção e nas exportações mundiais

	Produção	Exportação
Bovinos	1°	2°
Soja	2°	1°
Frangos	3°	1°
Milho	3°	2°
Suínos	4°	4°

Fonte: USDA

Brasil - Exportações agropecuárias - 2014



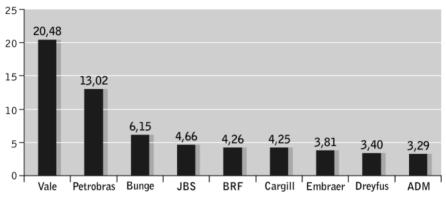
Fonte: Secex

O rápido crescimento das exportações dessas *commodities* associadas às cadeias produtivas de carnes vem tornando o Brasil cada vez mais dependente das exportações desses produtos para o equilíbrio de sua balança comercial. Juntos, soja, milho e carnes responderam em 2014 por 54% das exportações agropecuárias brasileiras, ou cerca de um quarto das vendas totais do país ao exterior. O mercado interno, no entanto, é o principal destino destes grãos e carnes. O consumo de

carnes no Brasil, total e por habitante, também se situa entre os mais elevados do mundo, sobretudo de carne bovina e de frangos.

Em todos os setores mencionados, também é crescente a concentração das atividades, principalmente de comercialização da produção, nas mãos de grandes empresas, nacionais e multinacionais. Essa concentração se reflete também nas exportações brasileiras. Como mostra a figura a seguir, seis das nove maiores empresas exportadoras no Brasil são comercializadoras de grãos e frigoríficos. As outras três são Vale, Petrobras e Embraer.

Brasil: nove maiores empresas exportadoras em 2014 — US\$ bilhões



Fonte: Secex.

Detalhamos a seguir informações sobre as três principais cadeias relacionadas à produção de carnes no Brasil: bovinos, frangos e soja. Mencionamos mais brevemente as questões relativas às cadeias de suínos e milho, observando que a de suínos possui características muito semelhantes à de frangos, como a criação dos animais em confinamento, a verticalização da produção e a presença das mesmas empresas frigoríficas. E, da mesma forma, que o modelo da grande monocultura utilizado na produção de milho é idêntico ao da soja, e as principais empresas envolvidas na produção e comercialização são as mesmas.

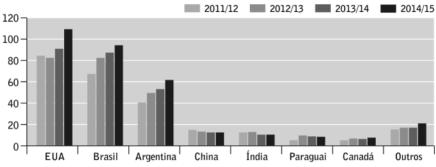
#### Soja

A soja é a cultura agrícola que, globalmente, vem crescendo em ritmo mais acelerado nas últimas décadas, estimulada pelo forte aumento do consumo de carnes, principalmente nos chamados países emergentes. Estima-se que 90% da soja produzida no mundo tenha como destino a fabricação de farelo utilizado em rações animais, como fonte de proteínas.

O cultivo é concentrado em um pequeno número de países. Estados Unidos, Brasil e Argentina responderam em 2014 por 82% da produção e 81% das exportações mundiais do grão, segundo dados do Departamento de Agricultura dos EUA (USDA). Embora os EUA sejam o maior produtor mundial, é na Argentina, no Brasil e no Paraguai que a expansão do cultivo ocorre em ritmo mais acelerado. A China é o maior importador, sendo que suas compras representam quase dois

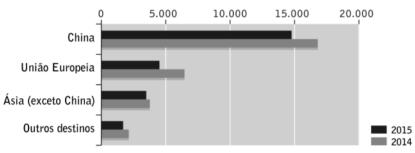
terços de todo o comércio mundial. A União Europeia vem em segundo lugar, com 11%. Nos últimos anos, o Brasil vem ocupando a posição de maior exportador de soja em grãos.

#### Produção mundial de soja em grãos - milhões de toneladas



Fonte: USDA

#### Destino das exportações do complexo soja (milhões de US\$)



Fonte: Abiove

A produção sob a forma de grandes áreas de monoculturas, como no caso da soja e do milho, não atrai apenas a presença de grandes fazendeiros. Estão presentes na cadeia produtiva destas culturas grandes empresas multinacionais, dedicadas à produção de máquinas, equipamentos e insumos agrícolas. São elas que se apropriam da maior parte da renda gerada a partir da produção agrícola.

A soja tem peso crescente nas exportações brasileiras. Em 2014, foi o principal produto de exportação do Brasil, respondendo por mais de 10% do valor total das exportações do país. Apesar do elevado consumo interno, pois o Brasil está entre os maiores produtores de carnes, o país exporta em média 70% de sua produção total de soja.

As principais empresas da cadeia produtiva são quatro grandes multinacionais, presentes em todos os países exportadores de soja, que comercializam os grãos adquiridos de agricultores: Bunge, Cargill, ADM (norte-americanas) e Dreyfus (francesa). Juntas, elas compram cerca de dois terços da soja produzida no Brasil. Respondem também por 60% das exportações brasileiras de soja, e estão

entre as dez maiores exportadoras do país. As empresas nacionais têm participação mais reduzida, destacando-se a Amaggi, Coamo e Caramuru. É também crescente a participação dessas quatro multinacionais na produção do biodiesel elaborado a partir do óleo de soja. Bunge e Cargill são as maiores produtoras e, além disso, respondem pela maior parte do esmagamento da soja e da produção de fertilizantes no país.

As empresas financiam o plantio, diretamente ou através de intermediação, dos insumos ao maquinário, utilizando mecanismos como o dos contratos de "soja verde", onde o produtor vende a soja antecipadamente, em troca de sementes, fertilizantes químicos e pesticidas. Tais contratos terminam por aprisionar o produtor, já que, ao final da colheita, sua pequena margem de lucro não permite mais do que a subsistência. Assim, ele se vê forçado a assinar um novo contrato que lhe permita seguir sobrevivendo.

Ainda como consequência dessa modalidade de financiamento, os produtores compram das empresas um pacote tecnológico fechado, que determina o maquinário e os insumos a serem utilizados. É aí que entram em cena outras grandes multinacionais, que dominam os diversos segmentos da cadeia produtiva do agronegócio. Juntamente com grandes produtores rurais, elas se apropriam da maior parte da renda gerada pela atividade.

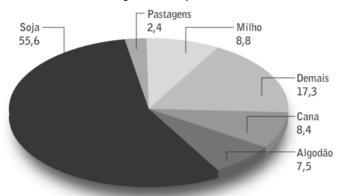
As principais fabricantes de máquinas agrícolas são as norte-americanas John Deere e AGCO (proprietárias das marcas Massey Ferguson e Valtra) e a italiana Case New-Holland. No fornecimento de sementes transgênicas, as norte-americanas Monsanto e Dupont, a suíça Syngenta e a alemã Basf dominam o mercado. Por conta disto, a participação da soja transgênica no total da cultura já atingiu a marca de 93%.<sup>4</sup>

O segmento de fertilizantes passou a ser controlado por um oligopólio privado, composto por três multinacionais: Hydro/Yara (norueguesa), Bunge/Fosfértil (holandesa) e Cargill/Mosaic (norte-americana). Juntas, elas dominam 90% do mercado brasileiro de fertilizantes químicos.

Desde 2008 o Brasil é o maior consumidor mundial de agrotóxicos, e o cultivo da soja responde por 55,6% do valor das vendas ao setor agropecuário. As seis maiores produtoras — Basf, Bayer, Dow, Dupont, Monsanto e Syngenta — controlam 66% do mercado mundial. E no Brasil, as dez maiores são responsáveis por 75% das vendas. O país, que é também o maior importador mundial, tornou-se um mercado especialmente atraente para fabricantes de agrotóxicos proibidos na Europa e nos Estados Unidos, como a norte-americana FMC, a dinamarquesa Cheminova, a alemã Helme e a suíça Syngenta.

<sup>4</sup> http://www.agrolink.com.br/noticias/brasil-so-perde-para-os-eua-na-producao-detransgenicos 212390.html

Brasil: consumo de agrotóxicos por cultura - 2014



Fonte: Sindiveg

#### Impactos socioambientais

Na safra 2015/2016, a soja deverá ocupar uma área de 33,3 milhões de hectares (Conab, 2015), o que representa uma expansão de cerca de 140% nos últimos quinze anos e uma superfície superior ao território da Noruega. Esse crescimento no período em referência se deu principalmente em áreas do bioma Cerrado, na região Centro-Oeste, que abriga as nascentes de vários rios que abastecem três importantes aquíferos e seis grandes bacias hidrográficas do país, implicando na redução da disponibilidade hídrica não só na região, mas em boa parte do Brasil.

A redução da disponibilidade local de água, somada à contaminação por agrotóxicos, é um dos fatores que inviabilizam a produção familiar de alimentos diversificados nessa região. A presença da monocultura da soja e do milho reforçou a desigualdade que já marcava a propriedade da terra em uma área historicamente ocupada pela pecuária extensiva. Dados do Censo Agropecuário da Agricultura Familiar do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2006 mostram que a região Centro-Oeste é a que tem menor participação dos estabelecimentos familiares em relação ao total da área ocupada pela agropecuária no Brasil, com apenas 10,2% do total (IBGE, 2009, AF).

Sinteticamente, as principais consequências da ocupação dessas vastas áreas contínuas de terra e do uso intensivo de agrotóxicos são:

- A concentração da posse e do uso da terra;
- O deslocamento e marginalização das populações locais, inviabilizando a produção familiar de alimentos, inclusive a de povos indígenas e comunidades tradicionais, seja para o abastecimento local ou regional;
- A redução da oferta geral de alimentos, no plano nacional, que resulta em aumentos gerais dos preços daqueles que compõem a cesta básica, muito acima dos índices de inflação do conjunto da economia;
- O envenenamento e a destruição desses alimentos, atingidos pelos agrotóxicos ou atacados por novas pragas;

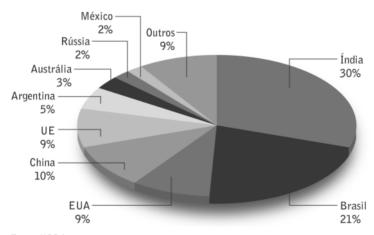
- A redução da produção pesqueira, também prejudicada pelos agrotóxicos, pela destruição das nascentes e pelo assoreamento dos rios;
- Os diversos problemas de saúde causados pelos agrotóxicos;
- As extensas áreas desmatadas, a degradação dos solos, a perda da biodiversidade e a redução da água disponível;
- Elevadas emissões de gases do efeito estufa, relacionadas principalmente ao desmatamento para a abertura de novas áreas. A expansão da cultura é um dos fatores mais importantes no desmatamento recente das florestas brasileiras.

#### Gado bovino

A produção e o consumo de carne bovina são extremamente concentrados em um pequeno número de países. Mais da metade do rebanho bovino no mundo, de aproximadamente um bilhão de cabeças, está situada em apenas dois países: Índia e Brasil. Eles, nessa ordem, são também os maiores exportadores de carne bovina, enquanto EUA, Rússia e China são os maiores importadores da carne comercializada.

O aumento da produção mundial foi, em boa medida, determinado pelo incremento da demanda de proteínas em nível global, especialmente nos países em desenvolvimento, impulsionando a produção e as exportações de países como Brasil e Índia.

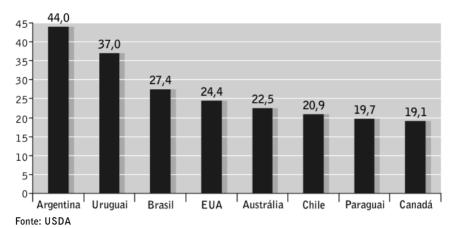
#### Distribuição mundial do rebanho bovino - 2014



Fonte: USDA

Essa demanda, no entanto, não se deve apenas ao crescimento da renda. O gráfico a seguir mostra que as Américas concentram, além de grande parcela do rebanho bovino, parte expressiva do consumo global. Países em desenvolvimento, com parcelas elevadas da população vivendo em condições miseráveis, como Argentina, Uruguai e Brasil, ostentam elevados padrões de consumo de carne bovina por habitante.

### Consumo per capita de carne bovina em países selecionados - 2014 (kg/ano)



Maiores exportadores e importadores de carne bovina – 2014 (1.000 kg)

Exportações		Importações	
Índia	2.082	EUA	1.337
Brasil	1.909	Rússia	929
Austrália	1.851	Japão	739
EUA	1.167	China	417
Nova Zelând	ia 579	Hong Kong	646
Paraguai	389	Coreia do Sul	392
Uruguai	340	UE	392

Fonte: USDA

#### Bovinos no Brasil

No Brasil, o número de cabeças de gado (212 milhões em 2014) é superior ao de habitantes (204 milhões), de acordo com o IBGE. Criado predominantemente de forma extensiva, o rebanho ocupa 200 milhões de hectares. Em 2014, foram confinados apenas 4,16 milhões de cabeças de gado, menos de 2% do rebanho total e cerca de 10% do total de abates. A pecuária bovina é, historicamente, a maior responsável pelo desmatamento no país. Ainda de acordo com o IBGE, a atividade está presente em cerca de 75% das propriedades rurais.

O Brasil é o segundo maior produtor mundial de carne bovina. Em 2014, foram produzidos 9,7 milhões de toneladas, correspondentes a 16% do total produzido no mundo. Juntos, EUA, maior produtor mundial, Brasil, União Europeia e China produziram e consumiram cerca de 60% do total mundial. Nessa mesma ordem, o Brasil é também o segundo maior consumidor, com 14% do total. A carne bovina é a segunda mais consumida no país. Mais de 80% da produção são destinados

ao mercado interno. Enquanto sua participação é de 22% no total de carnes consumidas no mundo, no Brasil, esse consumo representa 40% do total.

Nas exportações mundiais, o Brasil também ocupa o segundo lugar, logo depois da Índia. Os principais destinos foram Hong Kong, Rússia, Venezuela, Egito e Chile (Abiec, 2015). Juntos, Brasil, Índia, Austrália, EUA e Nova Zelândia responderam por 76% da carne bovina comercializada no mundo.

### A cadeia produtiva

Ao contrário do que acontece nos setores de produção de frangos e suínos, analisados mais adiante, pequenos e médios produtores de carne bovina não estão verticalmente integrados aos frigoríficos. Compram seus insumos e vendem a produção de maneira independente. O último Censo Agropecuário aponta que 2,7 milhões de estabelecimentos rurais possuíam pelo menos uma cabeça de gado em 2006 (IBGE, 2009).

O conjunto de agentes que compõem a cadeia produtiva do gado bovino apresenta grande heterogeneidade: de pecuaristas altamente capitalizados a pequenos produtores empobrecidos, de frigoríficos com alto padrão tecnológico, capazes de atender a uma exigente demanda externa, a abatedouros que dificilmente preenchem requisitos mínimos da legislação sanitária (Buainain e Batalha, 2007).

Este quadro, no entanto, vem se modificando rapidamente, como resultado do apoio do governo federal a um reduzido número de frigoríficos, através da chamada "política dos campeões nacionais". De acordo com a Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo), "os mais de 600 pequenos e médios frigoríficos que operam no país estão em vias de desaparecimento pela brutal dominação que se instalou no setor nos últimos anos e que continua se acentuando"<sup>5</sup>. Em 2008, havia 750 frigoríficos no país.

A concentração avança também na indústria de insumos para a pecuária. Nos últimos anos, as empresas de medicamentos passaram por processos de fusão. Em 2009, por exemplo, a Pfizer comprou a Wyeth — que tinha como subdivisão a Fort Dodge Saúde Animal. Em 2013, o grupo holandês DSM comprou a brasileira Tortuga, líder no mercado de nutrição animal de bovinos no país (Santos et. al, 2015).

No período em que o BNDES adotou a chamada "política dos campeões nacionais", a concentração do abate de bovinos no Brasil nas três maiores empresas frigoríficas se elevou de forma exponencial. Somada, a participação dessas empresas passou de 14,3%, em 2006, para 48,3%, em 2013. O crescimento da participação da JBS no mesmo período foi o mais expressivo: de 6,5% para 27,9%.

<sup>5</sup> http://www.valor.com.br/agro/3915170/abrafrigo-ataca-concentracao-no-setor-de-frigorificos-no-brasil.

# Participação dos três maiores frigoríficos de bovinos no abate total\* (cabeças) — Brasil

	JBS	Marfrig	Minerva	Particip. 3 maiores
2006	6,5%	5,2%	2,6%	14,3%
2010	21,2%	9,1%	4,9%	35,2%
2013	27,9%	14,6%	5,8%	48,3%

Fonte: elaboração própria, com base em dados do IBGE e Santos, 2015

### Impactos socioambientais

O processo de concentração dos grandes frigoríficos atinge os criadores de gado, que podem ter seu poder de barganha com os frigoríficos enfraquecido, à medida que se reduz o número de compradores. E também consumidores, já que a concentração certamente contribui para que eles estabeleçam com liberdade crescente os precos da carne bovina no mercado atacadista.

A pecuária bovina é, historicamente, uma das atividades econômicas com maior incidência de flagrantes de situações análogas às do trabalho escravo no Brasil. Em 2014, de um total de 1.590 trabalhadores registrados nessas condições, 228 trabalhavam na pecuária. De acordo com a ONG Repórter Brasil, "Nas fazendas de gado, quando há prática da escravidão, os relatórios de fiscalização do Ministério do Trabalho apontam condições de trabalho extremamente graves"<sup>6</sup>.

Por suas dimensões territoriais, a pecuária bovina provoca grandes impactos sobre os recursos naturais. De forma sucinta, podemos mencionar o desmatamento; a perda de biodiversidade e a redução da água disponível dele resultantes; a degradação dos solos e a poluição dos recursos hídricos através da carga de nutrientes (nitrogênio, fósforo, potássio do esterco), hormônios, metais pesados e patógenos carregados para o leito dos rios. Merece maior destaque, no entanto, a elevada participação da pecuária na emissão total de gases do efeito estufa no Brasil.

### Emissões de gases do efeito estufa

O Brasil já sofre impactos com as mudanças climáticas e atualmente é mais vulnerável a eventos naturais de maior intensidade. Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a produção de alimentos, no Brasil e em outros países, pode ser bastante impactada pelo aquecimento global da temperatura, comprometendo a segurança alimentar.

"As áreas cultivadas com milho, arroz, feijão, algodão e girassol sofrerão forte redução na região Nordeste, com perda significativa da produção. Toda a área correspondente ao Agreste nordestino, hoje responsável pela maior parte da produção regional de milho, e a região dos cerrados nordestinos — sul do Maranhão, sul do Piauí e oeste da Bahia — serão as mais atingidas. Soja e café devem liderar as perdas" (Embrapa, 2008).

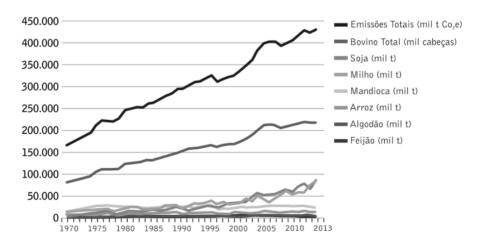
<sup>\*</sup> Abates sob o Sistema de Inspeção Federal (SIF)

Por ser a atividade agropecuária que, de longe, ocupa a maior superfície no Brasil, a pecuária bovina é também considerada a maior responsável pelas emissões de gases do efeito estufa (GEE) decorrentes do desmatamento, em especial nos biomas Amazônia e Cerrado, nos dias atuais. Por estar associada ao desmatamento para a formação de pastagens, a queimadas, e pelas emissões provenientes dos próprios animais, a pecuária bovina também é a maior responsável pela emissão de gases do efeito estufa provenientes das mudanças de uso do solo.

De acordo com estimativas divulgadas pelo Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), em 2015, as emissões brasileiras de GEE vêm crescendo continuamente desde 1970, e a agropecuária foi responsável por cerca de 30% do total de emissões do país em 2015. As emissões diretas do setor cresceram guase 160% desde 1970.

Além disso, existem emissões relacionadas indiretamente à produção agropecuária: emissões por desmatamento dos ecossistemas para expansão agrícola (mudança do uso da terra), pelo uso de combustíveis fósseis e pelo tratamento de resíduos industriais. Somadas as emissões diretas e indiretas, a agropecuária é responsável por quase 60% das emissões brasileiras. Esses números mantêm o Brasil entre os dez maiores países emissores de GEE (Imaflora, 2015).

Emissões totais na agropecuária (mil t CO<sub>2</sub>eq) e a evolução do rebanho bovino (mil cabeças) e das principais culturas agrícolas (mil t) entre 1970 e 2013<sup>7</sup>



Fonte: Imaflora, 2015.

<sup>7</sup> CO<sub>2</sub>-eq – unidade-padrão em que todos os tipos de gases-estufa têm sua capacidade de contribuir para o aquecimento global convertida em quantidade de CO<sub>3</sub>.

Dentre os setores da agropecuária, as emissões por fermentação entérica do rebanho de ruminantes (predominantemente bovinos de corte) é a causa da maior fatia de emissões de GEE do setor. Em segundo lugar vêm as emissões resultantes das atividades em solos agrícolas (que incluem fertilizantes sintéticos, adubo de origem animal, dejetos animais depositados em pastagem, cultivos de solos orgânicos e restos de culturas agrícolas). Vêm em seguida as emissões do manejo de dejetos de animais, as provenientes do cultivo de arroz irrigado e da queima de resíduos agrícolas, como a cana-de-açúcar (Imaflora, 2015).

Se forem divididas por subsetores da agricultura e pecuária, nota-se que 84% das emissões do setor agropecuário são provenientes da produção animal (76% provenientes da bovinocultura de corte e leite). Estes números levam o Brasil a ocupar o 2° lugar no *ranking* das emissões em atividades agropecuárias do mundo.

## **Frangos**

A carne de frango é a segunda mais consumida em todo o mundo. A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) preveem que até 2020 ela superará a de suíno e ocupará a primeira posição. Estados Unidos, Brasil, China e União Europeia, que juntos responderam em 2014 por 60% da produção mundial, de acordo com os dados do USDA, devem seguir sendo os maiores produtores. Estes países são também os maiores consumidores. Em 2014, a Índia, com sua população de 1,3 bilhão de habitantes, consumiu 3,7 milhões de toneladas, enquanto os Estados Unidos, com 319 milhões de pessoas, consumiram 14 milhões de toneladas.

Produção mundial de carne de frango — milhões de toneladas

	2011	2012	2013	2014	2015
EUA	16,7	16,6	17,0	17,3	18,0
Brasil	12,9	12,6	12,3	12,7	13,1
China	13,2	13,7	13,4	13,0	13,0
União Europeia	9,3	9,6	9,9	10,3	10,6
Índia	2,9	3,2	3,5	3,7	3,9

Fonte: USDA

No comércio internacional, Brasil, Estados Unidos e União Europeia, nessa ordem, são os maiores exportadores, detendo uma fatia superior a três quartos das exportações globais, enquanto Japão, Arábia Saudita e México são os maiores importadores, de acordo com dados do USDA<sup>8</sup>.

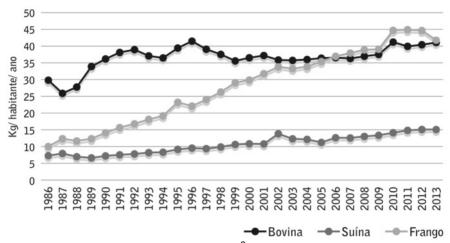
No Brasil, a carne de frango ocupa o sexto lugar na pauta geral de exportações. Em 2014, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), foram exportados 4,1 milhões de toneladas, que correspondem a cerca de 40% do total exportado no mundo, segundo os dados do USDA. Essas

<sup>8</sup> http://www.fas.usda.gov/psdonline/

exportações vêm crescendo em ritmo acelerado nos últimos anos: em 2000, o total foi de 916 mil toneladas.

A carne de frango é a proteína animal mais consumida pela população brasileira desde 2008. De acordo com a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA, 2015), o país é o segundo maior consumidor mundial, e o consumo anual *per capita* é de 42,8 quilos. Em 2014, foram abatidos no país 5,5 bilhões de frangos, equivalentes a 12,7 milhões de toneladas. Desse total, 68% foram destinados ao mercado interno.

# Evolução do consumo *per capita* das carnes bovina, suína e de frango no Brasil



Fontes: Abiec e ABPA; Elaboração: Cepea/Esalq-USP9

### A cadeia produtiva

Na cadeia produtiva de frangos predomina amplamente o modelo de integração vertical, onde, através de uma relação contratual, os produtores recebem da agroindústria pintos de um dia, ração, medicamentos e assistência técnica, criam os animais até a fase de abate e os repassam à agroindústria.

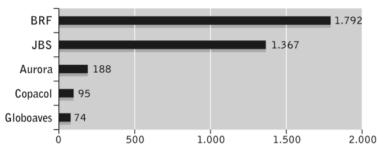
De acordo com a Associação Brasileira de Proteína Animal, há no Brasil mais de 130 mil pequenos criadores de frangos<sup>10</sup>. A maioria desses pequenos produtores integrados concentra-se na região Sul. Este modelo, no entanto, vem dando sinais de esgotamento há alguns anos, sobretudo em função da crescente sofisticação tecnológica e do aumento da escala de produção impostos pelos grandes frigoríficos. Nas novas áreas de expansão, como a região Centro-Oeste, as instalações são, em geral, maiores do que aquelas localizadas na região Sul do Brasil.

<sup>9</sup> http://www.canaldoprodutor.com.br/sites/default/files/Ativos-Suinocultura-n1.pdf

<sup>10</sup> http://abpa-br.com.br/setores/avicultura/resumo

O outro lado da cadeia produtiva está cada vez mais nas mãos de um reduzido número de frigoríficos. Em 2014, a produção da Brasil Foods (BRF) correspondeu a 28% do total de frangos abatidos no país, e a da JBS, a 16%. Nas exportações, essa concentração é ainda maior. A participação total das duas empresas correspondeu a cerca de três quartos do total exportado pelo Brasil no mesmo período<sup>11</sup>.

Brasil: cinco maiores empresas produtoras de carne de frango em 2014 -milhões de cabeças abatidas



Fonte: AviSite

A BRF é a sétima maior companhia de alimentos no mundo, responsável por 9% do comércio mundial de proteínas animais e 20% das exportações mundiais de carne de frango (BRF, 2015). Um dos principais passos no processo de concentração dos frigoríficos de frangos, que contou com suporte decisivo do governo federal, através do BNDES, foi dado em 2009, com a fusão entre a Sadia e a Perdigão, as duas maiores do setor.

Na cadeia produtiva, há ainda as empresas produtoras de insumos, como fornecedores de matrizes para reprodução, rações e medicamentos, vacinas e antibióticos, onde predomina a presença de grandes empresas estrangeiras. Destacam-se aquelas dedicadas ao desenvolvimento da genética animal, que buscam acelerar o crescimento das aves e aumentar sua resistência a doenças, dentre outros aspectos (Martinelli et. al, 2014). Esse último segmento é mundialmente dominado por apenas três empresas: Cobb Vantress (grupo Tyson, EUA), Aviagen (grupo Erich Wesjohann, Alemanha) e Hubbard (grupo Grimaud, França).

### Impactos sociais e ambientais

Como bem sintetiza Demattê Filho (2014),

"No Brasil, o gigantismo da indústria avícola também a expõe junto aos seus próprios consumidores a críticas e dúvidas cada vez mais frequentes sobre a qualidade dos produtos. O uso intensivo de antibióticos e o pouco cuidado com as questões de bem-estar animal em razão notadamente pelo confinamento são objeto de contestações crescentes. Adicionalmente em campos técnicos, acadêmicos e governamentais, discute-se o impacto ambiental provocado pela crescente necessidade da produção intensiva de grãos destinados à alimentação das aves. Por

<sup>11</sup> http://avisite.com.br/noticias/imprimir.php?codnoticia=15766

outro lado, as dúvidas sobre os benefícios em termos de qualidade de vida e de melhora socioeconômica de produtores e trabalhadores do setor se ampliam em razão da escala dos investimentos necessários para que as famílias rurais possam permanecer na atividade. Pelo lado da saúde pública, em todo o mundo, discute-se a emergência de bactérias resistentes a antibióticos".

Do ponto de vista ambiental, chamam atenção na criação e processamento de frangos a alta geração de resíduos, desde restos dos animais até seus dejetos, elevado consumo de água e sua contaminação por efluentes líquidos, que podem comprometer a vida aquática das regiões de produção, assim como as emissões de gases do efeito estufa. Quanto à criação dos frangos, os contratos de integração impõem aos integrados toda a responsabilidade pelas questões ambientais e pelos respectivos investimentos.

Mas o que merece destaque especial é a condição de vida a que é submetido o pequeno produtor de frangos, através do chamado modelo de integração, bem como as precárias condições de trabalho de funcionários dos frigoríficos. A desigualdade de forças entre integradores e integrados é tamanha que é hoje motivo de um projeto de lei em tramitação na Câmara dos Deputados, que tem por objetivo trazer mais equilíbrio a essas relações, através da introdução de normas mais justas na elaboração dos contratos. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul) defende uma série de modificações neste projeto de lei<sup>12</sup>.

Ação recente do Ministério Público do Trabalho (MPT) de Santa Catarina constatou que a maior parte (73%) dos produtores que trabalhavam sob contrato com o frigorífico Sadia pagava para trabalhar<sup>13</sup>. O pagamento que recebem é inferior aos custos de produção. De acordo com o MPT, "Eles financiam a atividade econômica da empresa Sadia S.A. às custas de seu próprio empobrecimento, adoecimento e endividamento com entidades financeiras"<sup>14</sup>. São apontadas as seguintes irregularidades:

- omissão em reconhecer o vínculo de emprego, com a anotação na carteira de trabalho e o pagamento dos direitos legais;
- jornadas exaustivas, sem repouso semanal remunerado;
- descumprimento de normas de saúde e segurança;
- imposição de contratos de adesão com cláusulas abusivas;
- omissão no pagamento integral dos custos de produção;
- estabelecimento unilateral dos preços dos produtos;
- exigências permanentes de investimentos em aviários, onde a baixa remuneração inviabiliza o investimento nas propriedades.

<sup>12</sup> http://fetrafrs.org.br/em-audiencia-publica-fetraf-defende-emendas-na-lei-dos-integrados/

<sup>13</sup> http://mpt-prt12.jusbrasil.com.br/noticias/2368917/ministerio-publico-do-trabalho-em-chapeco-processa-empresa-sadia

<sup>14</sup> http://mpt-prt12.jusbrasil.com.br/noticias/2368917/ministerio-publico-do-trabalho-em-chapeco-processa-empresa-sadia

### Bem-estar animal e confinamento

Um fato positivo, decorrente da crescente inserção das multinacionais no mercado global de carnes, é a adesão dos grandes frigoríficos brasileiros a alguns princípios de bem-estar animal. Recentemente, a BRF e a JBS anunciaram que vão abandonar o uso contínuo de gaiolas de gestação para porcas reprodutoras. Estas celas, cujo uso já é proibido em toda a União Europeia, em oito estados dos EUA e em alguns outros países, têm praticamente o mesmo tamanho dos corpos dos animais, o que impede sua movimentação. A adesão aos princípios gerais de bem-estar animal que vêm sendo adotados nesses países por pressão de consumidores e suas organizações, decorre da preocupação de assegurar o pleno acesso a esses mercados.

O gado bovino, tradicionalmente criado solto no pasto, não teve a mesma sorte. Na contramão da adoção de práticas mínimas de bem-estar animal, gigantes do ramo, como a JBS, a BRF e a Marfrig, vêm adotando a prática do confinamento, oferecendo a pecuaristas independentes a utilização de suas instalações e outros supostos benefícios, em troca da garantia de aquisição do gado. Trata-se de introduzir o mesmo modelo de integração vigente para frangos e suínos. "Nosso objetivo é chegar lá", afirma a diretora de bovinos da BRF<sup>15</sup>.

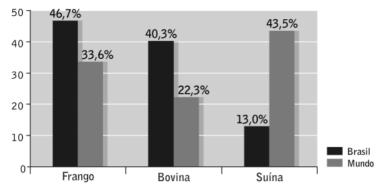
## Suínos

Atualmente, a carne suína é a mais consumida no planeta. Em relação ao total do peso das carnes consumidas no mundo, ela foi responsável por 43,5%. No Brasil, no entanto, este percentual é de apenas 13% (ver gráfico a seguir). Os números sobre a produção e as exportações também não têm a mesma expressão daqueles relativos às carnes de boi e frango, e não apresentam crescimento significativo, embora o país ocupe posições importantes no *ranking* mundial: quarto maior produtor e exportador. As 3,4 milhões de toneladas produzidas em 2014, que colocam o Brasil na posição de quarto maior produtor mundial, corresponderam, de acordo com o USDA<sup>16</sup>, a 3% do total produzido no mundo. Nas exportações, essa participação foi de 7%, sendo Rússia, Hong Kong e Cingapura os principais destinos. E apesar de destinar 86% da produção ao mercado interno, o país consumiu apenas 2,7% da produção mundial nesse mesmo ano.

<sup>15</sup> http://www.brf-br.com/arquivos/revista/RT7RE9KU.pdf

<sup>16</sup> http://apps.fas.usda.gov/psdonlinepsdReport.aspx?hidReportRetrievalName=Pork+Selected+ Countries+Summary&hidReportRetrievalID=2577&hidReportRetrievalTemplateID=7

### Consumo de carnes no Brasil e no mundo - 2014



Fonte: USDA

Alguns fatores que explicam a menor participação do Brasil na produção e no consumo de carne suína são a disponibilidade crescente e a preços competitivos das carnes bovina e de aves; preocupações culturais com a sanidade da carne suína; e sua fama de produto com alto teor de gordura e colesterol, o que estaria em conflito com a busca da população por alimentos saudáveis nas últimas décadas (Nogueira, 2015).

Três quartos da produção de suínos estão concentrados nos três estados da região Sul do país. Assim como na cadeia produtiva de frangos, vigora o modelo de produção integrada, embora a presença de produtores independentes seja mais expressiva. A produção de carne suína é concentrada em três grandes empresas, que detêm mais de 50% do abate: BRF, JBS e Aurora. A JBS, tradicionalmente dedicada à produção de carne bovina, vem expandindo rapidamente, a partir de 2012, sua produção de carne suína, adquirindo grandes frigoríficos no Brasil e no exterior.

# Projeções

## Soja

De acordo com as projeções oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), de 2015, a soja seguirá sendo a cultura com maior expansão territorial, chegando em 2025 a ocupar 41,2 milhões de hectares, um aumento superior a 30% em dez anos. Essa expansão, de cerca de dez milhões de hectares, é superior a toda a área prevista a ser ocupada pela cultura da cana-de-açúcar no Brasil, de nove milhões de hectares (Conab, 2015).

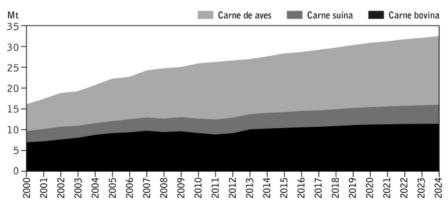
Ainda de acordo com essas previsões, o crescimento da área plantada se dará através da expansão de fronteira em regiões onde ainda há terras disponíveis, da ocupação de terras de pastagens e da substituição de lavouras onde não há terras disponíveis para serem incorporadas. As maiores taxas de expansão se darão sobre áreas de Cerrado, sobretudo nos estados do Maranhão, Tocantins e Bahia.

As exportações de soja em grão projetadas para 2024/25 são de 66,5 milhões de toneladas. Elas representam um aumento próximo a 20 milhões de toneladas, ou 42%, em relação à quantidade exportada pelo Brasil em 2014. Quanto ao consumo interno, a previsão é de que deverá haver um aumento de 34% até 2025.

### Carnes

O relatório OECD-FAO sobre as perspectivas agrícolas para o Brasil no período 2015-2024 aponta que a produção de carnes no Brasil seguirá apresentando crescimento acelerado, impulsionada tanto por forte aumento do consumo doméstico quanto pelas exportações, além de considerável aumento dos preços (OECD-FAO, 2015). As projeções do Mapa seguem na mesma direção. A produção total de carnes deverá crescer 30,7%, passando de 25,8 para 33,7 milhões de toneladas.

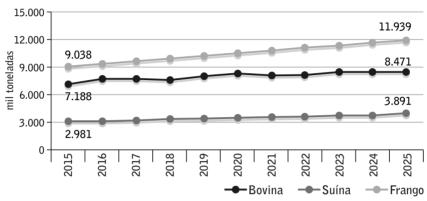
Produção de carne bovina, suína e de aves no Brasil — projeção (milhões de toneladas)



Fonte: OECD/FA0 (2015)

O consumo de carnes por habitante também seguirá crescendo no país, principalmente o de frangos. O consumo *per capita* de carne de frango, estimado para 2015 em 44,2 quilos por ano, deverá ser de 54,7 quilos em 2025, um crescimento de 23,7% em dez anos.

### Consumo de Carnes no Brasil - 2015-2025



Fonte: AGE/Mapa e SGE/Embrapa

As últimas projeções do Mapa, assim como as da OECD-FAO, não apresentam referências à expansão territorial do rebanho bovino. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), no entanto, apresentou em suas últimas projeções, uma previsão de que o rebanho brasileiro deverá crescer a uma taxa média anual de 0,4%, alcançando 217 milhões de cabeças em 2024 (Fiesp, 2015). De acordo com o Observatório do Clima (2015): "se não ocorrer um aumento na eficiência e na intensificação da produção em áreas já ocupadas por pecuária, a tendência é que o rebanho adicional seja alocado nos estados do bioma amazônico".

As projeções do Ministério da Agricultura indicam que as exportações brasileiras de carne terão crescimento anual de 3,6% para frangos, 3,7% para suínos e 3,3% para bovinos. O Brasil deverá seguir sendo o maior exportador mundial de carne de frango, o segundo maior de carne bovina e o quarto maior de carne suína. As exportações de carnes ao final do período das projeções devem aumentar em 2,7 milhões de toneladas. Desse montante, 1,7 milhão de toneladas, ou seja, 62,7%, devem ser de carne de frango. O restante do acréscimo na quantidade exportada fica distribuído entre carne bovina, 28,8%, e carne suína, 8,4%.

## Os "campeões nacionais"

Como já mencionado, entre 2007 e 2013, o BNDES pôs em prática a chamada "política dos campeões nacionais". Tratava-se de eleger empresas exportadoras brasileiras e transformá-las em grandes multinacionais. Para isso, elas receberam grande volume de recursos, não só através de empréstimos com juros subsidiados, mas também da compra de debêntures e aquisição pelo BNDES Participações (BNDESpar) de parte de suas ações.

Os maiores frigoríficos brasileiros encontram-se dentre os beneficiários desta política, destacando-se a JBS-Friboi, a Marfrig e a Brasil Foods (BRF). Eles absorve-

ram dois terços dos recursos destinados pelo BNDES a esses "campeões", e hoje se situam entre os maiores produtores mundiais de proteína animal. No Brasil, os recursos disponibilizados pelo BNDES foram utilizados, em grande parte, para fusões e aquisições de outras empresas.

A Marfrig é hoje a terceira maior produtora mundial de carne bovina e a segunda maior no Brasil. É a maior processadora de bovinos no Uruguai e a maior importadora de carne no Chile. Com 26 plantas e seis centros de distribuição no Brasil, na Argentina, no Uruguai e no Chile, ela tem capacidade para processar até 5 milhões de cabeças de gado, 2,1 milhões de ovinos e 1.204 toneladas de alimentos industrializados por ano<sup>17</sup>.

A BRF é o resultado da fusão, em 2009, de duas gigantes brasileiras em processamento de carnes e alimentos congelados, a Sadia e a Perdigão. É a maior exportadora mundial de aves e destaca-se entre as maiores empresas globais de alimentos, respondendo por mais de 9% das exportações mundiais de proteína animal. Possui nove unidades industriais no exterior: seis na Argentina, uma na Inglaterra, uma na Holanda e uma em Abu Dhabi. Ao contrário da JBS, que concentra seus investimentos no exterior na compra de grandes empresas em países como os Estados Unidos, a BRF tem como estratégia adquirir empresas menores em países emergentes, com grande potencial de aumento do consumo de carnes.

Em 2014, por exemplo, a empresa investiu US\$ 7,5 milhões para ampliar sua planta de processamento localizada em Baradero, na província de Buenos Aires, responsável pela produção de salsichas e demais embutidos. Desde 1992, quando ingressou na Argentina, até o momento, a BRF já investiu US\$ 400 milhões no país, onde comercializa as marcas Sadia, Paty e Danica, entre outras. Seus principais acionistas são os fundos de pensão de duas empresas estatais: a Fundação Petrobras de Seguridade Social (12,49%) e a Caixa de Previdência dos Funcionários do Branco do Brasil (10,94%).

Destacamos o caso da JBS, hoje a maior empresa privada do Brasil. A partir da "política dos campeões nacionais", ela tornou-se a maior empresa de proteína animal do mundo. Possui hoje mais de 300 unidades de produção espalhadas por diversos países, além do Brasil: Estados Unidos, Canadá, Austrália, Argentina, Paraguai, México, Itália, Uruguai, Porto Rico, África do Sul, Alemanha, China e Vietnã. O BNDESPar detém cerca de 25% do capital da empresa e a Caixa Econômica Federal, 10%.

A JBS é a maior produtora e exportadora mundial de carne bovina. Com operações no Brasil e outros grandes produtores de carne bovina: Argentina, Austrália, Canadá, Estados Unidos, Paraguai e Uruguai, com capacidade para processar 100 mil bovinos por dia. É também a maior produtora mundial de carne de frango, com operações nos EUA, México, Porto Rico e Brasil.

A compra de frigoríficos em outros países é uma maneira de abrir as portas de mercados estratégicos que, em razão dos frequentes focos de febre aftosa e de

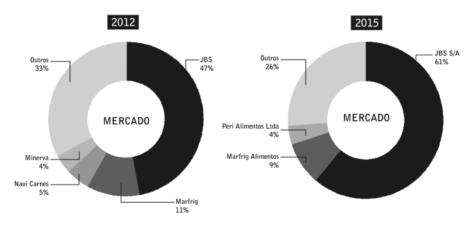
PARTE II . A CADEIA PRODUTIVA DE CARNES NO BRASIL

outras doenças no Brasil, impõem barreiras sanitárias às exportações brasileiras. Com unidades de negócios como as dos EUA e a da Austrália, a JBS obtém acesso aos 50% do mercado mundial que permanecem fechados para o Brasil. A partir dessas novas unidades, ela pode alcançar compradores nos EUA, no Canadá, na China, na Coreia do Sul e no Japão, entre outros. Pode também exportar a partir de países para os quais, ao contrário do Brasil, não há barreiras sanitárias.

O impulso inicial do governo promove até hoje a expansão da JBS, ampliando assim a concentração de mercado nos planos nacional e internacional. A empresa busca a liderança também em relação à produção de suínos e de alimentos processados com maior valor agregado. Em 2013, a JBS adquiriu a Seara, segunda maior empresa de processamento de frangos e suínos do Brasil, que a Marfrig comprara da Cargill em 2009. Em 2015, comprou, nos EUA, a maior unidade de suínos da Cargill, e a Moy Park, unidade de frangos e alimentos processados na Europa, que pertencia à brasileira Marfrig<sup>18</sup>.

Assim, os grandes frigoríficos vão ampliando seu domínio sobre toda a cadeia produtiva de carnes, nos planos doméstico e internacional. Em Mato Grosso do Sul, estado que possui o quarto maior rebanho bovino do país, a concentração do mercado de carne bovina segue crescendo. Estudos realizados pela Federação da Agricultura e Pecuária do estado (Famasul) mostram que, entre 2012 e 2015, a participação dos frigoríficos da JBS no total da capacidade instalada naquele estado subiu de 47% para 61%. A Famasul aponta que a JBS arrendou frigoríficos com o intuito exclusivo de fechá-los, garantindo assim a oferta de gado bovino para suas unidades.

## Capacidade instalada dos frigoríficos de Mato Grosso do Sul – 2012 e 2015



Fonte: Mascarenhas et. al, 2012 e 2015

<sup>18</sup> http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1088/noticias/apos-13-aquisicoes-jbs-trava-nova-querra-do-frango-com-brf

A iniciativa governamental de criar esses campeões representa, sem dúvida, um sucesso para seus controladores. Resta saber o que ganha com isso o restante da população brasileira, que arca com o custo dos recursos direcionados a essas empresas. Nesse sentido, algumas consequências negativas podem ser elencadas:

- Os pequenos criadores, que possuem pouca estrutura de acesso ao mercado, tendem a se tornar cativos dos grandes frigoríficos, que passam a pagar-lhes preços menores, apropriando-se de suas margens de lucro;
- A concentração e a possível formação de oligopólios podem acarretar também aumento dos preços para os consumidores, em nível nacional e global;
- Nada assegura que o capital exportado para o exterior na compra de frigoríficos em outros países, assim como o lucro obtido a partir daí, retornará ao Brasil;
- O BNDES, banco do governo federal voltado para o desenvolvimento econômico e social, não deveria direcionar seus recursos para atividades que geram empregos somente em outros países, como é o caso da compra de empresas frigoríficas no exterior;
- O Brasil já se submete a uma relação de trocas desigual em seu comércio exterior, ao exportar commodities e importar produtos com alto conteúdo tecnológico. Não faz sentido que o BNDES direcione recursos públicos para que uma empresa que já vende carnes simplesmente passe a vender ainda mais carnes.

# Conclusões

É evidente o amplo domínio das cadeias produtivas direta ou indiretamente envolvidas na produção de carnes por um conjunto de grandes empresas multinacionais, inclusive brasileiras, com base em modos de produção insustentáveis, seja do ponto de vista social ou ambiental. Além das empresas frigoríficas, estão presentes gigantes das indústrias farmacêuticas, de sementes transgênicas, agrotóxicos, agrícolas, comercializadoras e processadoras de grãos, com atuação global e elevado grau de concentração, que lhes assegura um poderio econômico e político que dificulta crescentemente a própria regulação de suas atividades.

Os padrões de produção em vigor, que impõem a adoção crescente de modelos de integração da produção, utilização de insumos químicos e tecnologias sofisticadas, respondem por uma longa lista de problemas, dentre os quais destacamos:

- Submissão dos produtores integrados a contratos desiguais, que lhes impõem prejuízos e más condições de trabalho, prejuízos que atingem também os produtores independentes, através da reducão dos precos pagos pelas empresas;
- Péssimas condições de trabalho nas indústrias frigoríficas;
- Inviabilização da produção familiar de alimentos diversificados, sobretudo nas regiões de produção de soja e milho, pela contaminação por agrotóxicos de suas culturas, redução da água disponível e pela crescente pressão sobre a propriedade e uso da terra, problemas que atingem também populações tradicionais;
- Aumento dos preços dos alimentos em geral, e das carnes em particular, na medida em que seus preços são ditados por um número cada vez mais reduzido de frigoríficos;
- Elevada emissão de gases responsáveis pelo efeito estufa, decorrente do desmatamento e dos gases emitidos pelos próprios animais e por seus resíduos;
- Mudança, impulsionada pela propaganda, dos padrões de consumo de carnes, levando seu consumo a níveis mais elevados do que aqueles considerados saudáveis;
- Redução da água disponível para toda a população e da pesca em rios, consequente do desmatamento, da poluição dos recursos hídricos e do uso intensivo de água, da produção ao processamento das carnes;
- Redução da qualidade e sanidade da carne, com destaque para a presença de antibióticos nos alimentos consumidos e a crescente resistência das bactérias a esses medicamentos;
- Desrespeito ao bem-estar animal, preocupação crescente em alguns segmentos da sociedade civil, sobretudo na Europa.

Para enfrentar este conjunto de problemas, considerado o poderio das empresas envolvidas, é necessária forte articulação da sociedade civil. À medida que

estas empresas atuam no plano global, adotando modelos de produção muito semelhantes, é preciso que esta articulação ocorra nos níveis nacional e internacional

A percepção de que a produção de carnes é um denominador comum entre essas questões aponta para a necessidade de aglutinar instituições que, de maneira fragmentada, já atuam em diversas frentes, como organizações sindicais de trabalhadores, movimentos sociais, ONGs, órgãos de defesa do consumidor e outros.

Observa-se também a importância especial da mobilização e participação das organizações brasileiras nessa articulação, não só por ser o Brasil um dos maiores produtores e exportadores mundiais de carnes, mas também pela atuação das grandes multinacionais brasileiras em outros países.

## Referências

- ABIEC. Exportações Brasileiras de Carne Bovina. http://www.abiec.com.br/download/ Jan%20-%20Dez%20-%202014.pdf, acesso em 12/11/15.
- ABPA. Relatório anual, 2015. Associação Brasileira de Proteína Animal. http://abpa-br.com.br/files/RelatorioAnual UBABEF 2015 DIGITAL.pdf, acesso em 23/10/15.
- BRF. Relatório Anual 2014. Brasil Foods. http://ri.brf-global.com/download\_arquivos.asp?id\_arquivo=A91A64F5-1473-4FF9-A95E-8761C6BCC4D7,acesso em 28/01/16.
- BUAINAIN, A. e BATALHA, M. *Cadeia Produtiva da Carne Bovina*. Série Agronegócios. Volume 8, MAPA. Brasília, 2007. http://www.iica.org.br/docs/cadeiasprodutivas/cadeia%20produtiva%20da%20carne%20bovina%20c%20capa.pdf, acesso em 08/02/09.
- CONAB. Acompanhamento da safra brasileira de grãos, segundo levantamento. Novembro de 2015. http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/
  15\_09\_11\_10\_51\_14\_boletim\_cana\_portugues\_-\_2o\_lev\_-\_15-16.pdf, acesso em 10/11/15.
- CONAB. Acompanhamento da safra brasileira de cana-de-açúcar, v. 2 Safra 2015/16, n. 2
   Segundo Levantamento, agosto/2015. http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/15 11 10 09 51 50 safras nov 2015.pdf, acesso em 10/11/15.
- DEMATTÊ FILHO, F.; MORUZZI, P. Dinâmica tecnológica da cadeia industrial da avicultura alternativa: multifuncionalidade, desenvolvimento territorial e sustentabilidade. Segurança Alimentar e Nutricional. Campinas, 2011. http://www.cpmo.org.br/artigos/artigo dematte revista.pdf, acesso em 13/11/15.
- EMBRAPA e UNICAMP. Aquecimento global e a nova geografia da produção agrícola do Brasil. 2008. www.embrapa.br/publicacoes/tecnico/aquecimentoglobal.pdf, acesso em 29/09/09.
- FIESP. Outlook Fiesp 2024: projeções para o agronegócio brasileiro. Fiesp, 2014. http://apps2.fiesp.com.br/outlookDeagro/pt-BR, acesso em 13/11/15.
- IBGE. Censo Agropecuário 2006. Agricultura familiar. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. IBGE, 2009. http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri familiar 2006/default.shtm, acesso em 08/10/09.
- IMAFLORA. Documento de análise: evolução das emissões de gases de efeito estufa no Brasil (1970-2013): setor agropecuário. São Paulo: Observatório do Clima, 2015. http://seeg.eco.br/analise-de-emissoes-brasileiras-de-gee-no-brasil-1970-2013/, acesso em 05/11/15.MAPA. Projeções do agronegócio. Brasil 2014/15 a 2024/25. Projeções de Longo Prazo. Ministério da Agricultura, 2015. http://www.agricultura.gov.br/arq\_editor/PROJECOES\_DO\_AGRONEGOCIO\_2025\_WEB.pdf, acesso em 20/10/15.
- MAPA. Estatísticas e dados básicos de economia. Ministério da Agricultura, abril de 2015. http://www.agricultura.gov.br/arq\_editor/Pasta%20de%20Abril%20-%202015.pdf, acesso em 07/11/15.
- MARTINELLI et al. *Technology and Innovation on Input Sectors of Brazilian Meat Production*. Journal of Economics and Development Studies. December 2014, Vol. 2, N. 4. http://jedsnet.com/journals/jeds/Vol\_2\_No\_4\_December\_2014/13.pdf, acesso em 16/11/15.
- MASCARENHAS, A et al, Participação de Mercado das Indústrias Frigoríficas em Mato Grosso do Sul. Famasul e Unitec, 2012 e 2015. http://famasul.com.br/public/bancode-imagens/6848-artigo-10-artigo-frigorificos-em-ms-maio-2015.pdf, acesso em 25/ 09/15.

- NOGUEIRA, A. *Agricultura: O Agronegócio da Suinocultura Brasileira*. Fipe, 2015. http://www.fipe.org.br/Content/downloads/publicacoes/bif/2015/3-5-agr.pdf, acesso em 20/10/15.
- OECD-FAO. Perspectivas Agrícolas no Brasil: desafios da agricultura brasileira, 2015-2024. https://www.fao.org.br/download/PA20142015CB.pdf, acesso em 28/10/15.
- SANTOS et al. *O complexo agroindustrial da carne bovina*. Sober. http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/Complexo carne comautor.pdf, acesso em 25/09/15.



### REALIZAÇÃO









#### APOTO





Durante os dias 10 e 11 de setembro de 2015, movimentos do campo, organizações sociais e sindicais e representantes de universidades do Brasil, dos Estados Unidos, da Alemanha e do Paraguai participaram da Oficina "Cadeia Industrial da Carne". A Oficina foi construída a partir da percepção de que a indústria da carne intensifica o poder corporativo, impacta a vida dos pequenos produtores e passa por um período de mudancas estruturais com implicações ainda não compreendidas. Esta publicação tem como referência o conteúdo dos debates realizados durante esses dois dias de trabalho. Esperamos que ela sirva como subsídio para potencializar o fortalecimento das ações de comunicação e articulação entre as organizações participantes, e também para estimular o aprofundamento das discussões sobre o agronegócio no Brasil e suas implicações para os movimentos sociais e seus processos de resistência.

FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional Rua das Palmeiras, 90 – Botafogo CEP 22270-070 Rio de Janeiro – RJ Tel: (21) 2536-7350 www.fase.org.br Agência Brasileira do ISBN ISBN 978-85-86471-86-5